



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 703, DE 31 DE JANEIRO DE 2022.

EMENTA: PRORROGA POR 60 (SESSENTA) DIAS OS EFEITOS DO
DECRETO LEGISLATIVO 697, DE 03 DE NOVEMBRO DE
2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: MESA DIRETORA

Considerando a necessidade de manter a regularidade dos serviços da Câmara Municipal de Paty do Alferes;

Considerando a classificação mundial do novo coronavírus (COVID-19) como pandemia, significando risco em potencial da doença atingir a população em geral;

Considerando que a taxa de mortalidade do COVID-19 se eleva nas faixas etárias entre crianças e idosos e em pessoas com doenças crônicas e, ainda, com a crescente e predominante contaminação pela variante OMICRON;

Considerando que cabe aos Poderes Públicos tomarem medidas com o intuito de reduzir o contágio e a proliferação do vírus;

Considerando as recomendações dos Governos Estadual e Municipal, os quais decretaram estado de emergência tanto no estado do Rio de Janeiro quanto no município de Paty do Alferes;

Considerando os Decretos Municipais, dispondo de medidas de flexibilização estando o Município enquadrado na bandeira verde pelos dados e estatísticas consolidados;

Considerando, por fim, o que dispõe a Lei Orgânica Municipal de Paty do Alferes no tocante às ações emergenciais e de calamidade pública:

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Prorroga por 60 (sessenta) dias os efeitos do Decreto Legislativo 697, de 03 de Novembro de 2021 em seus termos integrais, com início de vigência em 1º de Fevereiro de 2022 e término em 1º de Abril de 2022.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

Art. 2º - As sessões ordinárias a serem realizadas as segundas e quartas feiras, às 19:00h(dezenove horas), terão sua capacidade de público limitadas a 50% (cinquenta por cento);

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 31 de Janeiro de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário

Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 704 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Edson da Silva Almeida e Juarez de Medeiros Pereira.

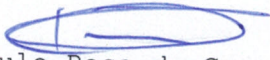
Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 14 de março e término no dia 18 de março de 2022.


Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

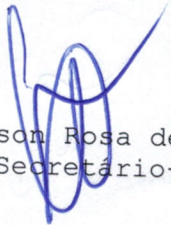
Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 07 de fevereiro de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Denilson da Costa Nogueira
1º Secretário-INTERINO


Wilson Rosa de Souza
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 705 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Pedro Henrique Alves Pereira e Romulo Rosa de Carvalho.

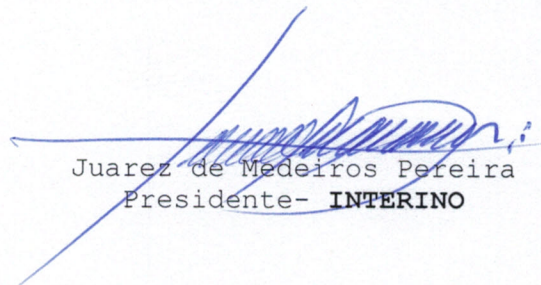
Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 21 de fevereiro e término no dia 25 de fevereiro de 2022.

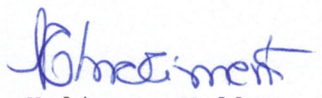
Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

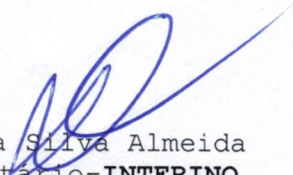
Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 16 de fevereiro de 2022.


Juarez de Medeiros Pereira
Presidente- INTERINO


Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 706 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Denilson da Costa Nogueira, Sergio Murilo Rosa da Silva e Wilson Rosa de Souza.

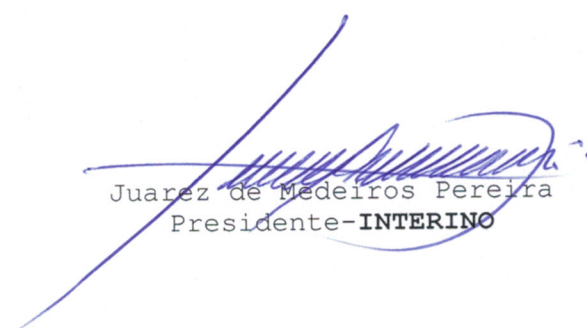
Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 07 de março e término no dia 11 de março de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 21 de fevereiro de 2022.


Juarez de Medeiros Pereira
Presidente-INTERINO



Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário



Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 707, DE 21 DE FEVEREIRO de 2022.

EMENTA: Decreta Ponto Facultativo na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, nos dias 28 de fevereiro e 02 de março de 2022.

AUTOR: MESA DIRETORA

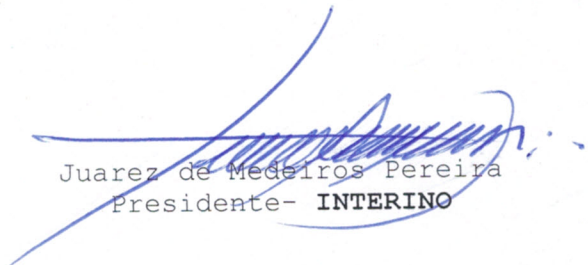
A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte

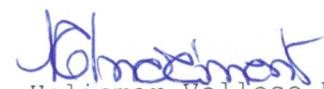
DECRETO LEGISLATIVO:

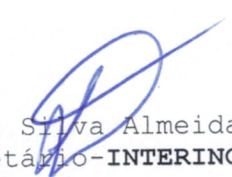
Art. 1º - Será facultativo o "Ponto" na sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, nos dias 28 de fevereiro - (segunda-feira) e 02 de março - (quarta-feira) de 2022, em virtude do feriado de "Carnaval" no dia 01 de março de 2022 (terça-feira).

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 21 de fevereiro de 2022.


Juarez de Medeiros Pereira
Presidente- INTERINO


Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 708 DE 14 DE MARÇO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA O MUNICÍPIO DE VITÓRIA, CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município, ao Município de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo em caráter oficial, composta pelos Vereadores Eduardo de Sant'Ana Mariotti, Heliomar Velloso do Nascimento e Orozino Antonio Batista Filho.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 28 de março e término no dia 01 de abril de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 14 de março de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Pedro Henrique Alves Pereira
1º Secretário-INTERINO

Sergio Murilo Rosa da Silva
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 709, DE 21 DE MARÇO DE 2022.

EMENTA: APROVA AS CONTAS DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DE PATY DO ALFERES, EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

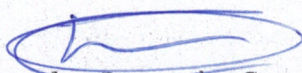
Art. 1º - Ficam Aprovadas as Contas da Administração Financeira do Município de Paty do Alferes, relativas ao exercício de 2020, acatando o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, no processo TCE/RJ nº 212.194-7/2021, conforme cópia anexa, e parecer da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

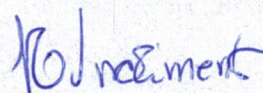
Art. 2º - As entidades e autoridades mencionadas no relatório do Corpo Técnico deverão receber cópia integral da prestação de contas e este Decreto.

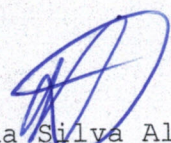
Art. 3º - O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro deverá ser comunicado desta decisão, para que proceda aos apontamentos necessários.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 21 de Março de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 710 DE 23 DE MARÇO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Denilson da Costa Nogueira, Sergio Murilo Rosa da Silva e Wilson Rosa de Souza.


Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 04 de abril e término no dia 08 de abril de 2022.

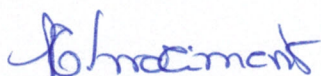
Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

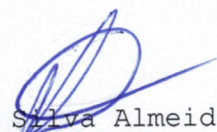
Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 23 de março de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário


Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 711 DE 23 DE MARÇO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Pedro Henrique Alves Pereira e Romulo Rosa de Carvalho.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 04 de abril e término no dia 08 de abril de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 23 de março de 2022.

Heliomar Velloso do Nascimento
Presidente- INTERINO

Edson da Silva Almeida
1º Secretário-INTERINO

Wilson Rosa de Souza
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 712 DE 13 DE ABRIL DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Eduardo de Sant'Ana Mariotti, Heliomar Velloso do Nascimento e Orozino Antonio Batista Filho.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 02 de maio e término no dia 06 de maio de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 13 de abril de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Edson da Silva Almeida
1º Secretário-INTERINO

Pedro Henrique Alves Pereira
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 713, DE 13 DE ABRIL de 2022.

EMENTA: Decreta Ponto Facultativo na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, no dia 22 de abril de 2022.

AUTOR: MESA DIRETORA


A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte

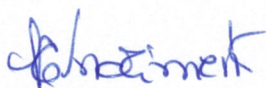
DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Será facultativo o "Ponto" na sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, no dia 22 (sexta-feira) de abril de 2022, em virtude do feriado "Tiradentes", no dia 21 de abril (quinta-feira).

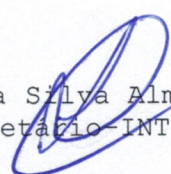
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 13 de abril de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente



Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 714 DE 13 DE ABRIL DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Edson da Silva Almeida e Juarez de Medeiros Pereira.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 25 de abril e término no dia 29 de abril de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 13 de abril de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário

Pedro Henrique Alves Pereira
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes
Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº 715, DE 13 DE ABRIL DE 2022.

EMENTA: Dispõe sobre o reajuste e adequação do Auxílio Alimentação para o ano de 2022 no âmbito da Câmara Municipal de Paty do Alferes.

AUTOR: MESA DIRETORA

Considerando o disposto no artigo 123, da Lei Municipal nº 1.519, de 19 de Setembro de 2008 e a Lei Municipal nº 2.870, de 10 de Março de 2022:

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica fixado o valor de R\$ 9,28 (nove reais e vinte e oito centavos) do auxílio alimentação dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Paty do Alferes - RJ.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 13 de Abril de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário

Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes
Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº 716, DE 13 DE ABRIL de 2022.

EMENTA: Decreta Ponto Facultativo na sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, no dia 14 de abril de 2022.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte


DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Será facultativo o "Ponto" na sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, no dia 14 (quinta-feira) de abril de 2022, em virtude do feriado "Paixão de Cristo", Semana Santa, no dia 15 (sexta-feira) de abril de 2022.

Art. 2º - Funcionário normalmente os setores considerados serviços essenciais.

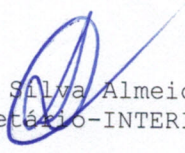
Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 13 de abril de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente



Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 717 DE 18 DE ABRIL DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DO VEREADOR QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelo Vereador Juliano Balbino de Melo.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 25 de abril e término no dia 29 de abril de 2022.

Art. 3º - O Vereador receberá 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 18 de abril de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário

Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 718 DE 11 DE MAIO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Denilson da Costa Nogueira, Sergio Murilo Rosa da Silva e Wilson Rosa de Souza.


Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 16 de maio e término no dia 20 de maio de 2022.


Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.


Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 11 de maio de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Helioimar Velloso do Nascimento
1º Secretário


Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 719 DE 23 DE MAIO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BELO HORIZONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais em caráter oficial, composta pelos Vereadores Eduardo de Sant'Ana Mariotti, Heliomar Velloso do Nascimento e Orozino Antonio Batista Filho.

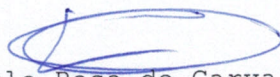
Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 06 de junho e término no dia 10 de junho de 2022.

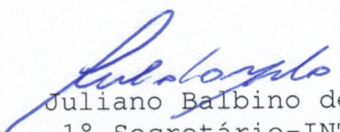
Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

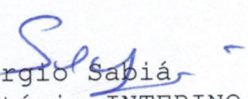
Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 23 de maio de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Juliano Balbino de Melo
1º Secretário-INTERINO


Sergio Sapiá
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 720 DE 23 DE MAIO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DO VEREADOR QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelo Vereador Sergio Murilo Rosa da Silva.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 20 de junho e término no dia 24 de junho de 2022.

Art. 3º - O Vereador receberá 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 23 de maio de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário

Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 720 DE 23 DE MAIO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DO VEREADOR QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelo Vereador Sergio Murilo Rosa da Silva.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 20 de junho e término no dia 24 de junho de 2022.

Art. 3º - O Vereador receberá 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 23 de maio de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário

Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 721 DE 01 DE JUNHO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Edson da Silva Almeida, Juarez de Medeiros Pereira Juliano Balbino de Melo.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 20 de junho e término no dia 24 de junho de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 01 de Junho de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Wilson Rosa de Souza
1º Secretário-INTERINO

Sergio Murilo R. de Souza
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes
Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº 722, DE 01 DE JUNHO DE 2022.

EMENTA: Decreta Ponto Facultativo na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, nos dias 16 e 17 de Junho de 2022.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Será facultativo o "Ponto" na sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, nos dias 16 (quinta-feira) e 17 (sexta-feira) de Junho de 2022, em virtude da Celebração da data Religiosa "Corpus Christi", no dia 16 (quinta-feira) de Junho de 2022.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 01 de Junho de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Juliano Balbino de Melo
1º Secretário-INTERINO

Wilson Rosa de Souza
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes
Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº 723, DE 13 DE JUNHO DE 2022.

EMENTA: Decreta Ponto Facultativo na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, no dia 15 de Junho de 2022.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Será facultativo o "Ponto" na sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, no dia 15 (quarta-feira) de Junho de 2022, em virtude da celebração da data religiosa "Corpus Christi", no dia 16 (quinta-feira) de Junho de 2022.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 10 de Junho de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário

Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 724 DE 04 DE JULHO DE 2022.

EMENTA: SUSPENDE A REALIZAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 01 DE AGOSTO DE 2022 EM RAZÃO DA REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE PARA ENTREGA DE HONRARIAS.

AUTOR: MESA DIRETORA


A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, aprovou e eu promulgo o seguinte,


DECRETO LEGISLATIVO:


Art. 1º - Fica suspensa a realização da Sessão Ordinária no dia 01 de Agosto de 2022 em razão da realização de Sessão Solene para entrega de Honrarias na mesma data.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paty do Alferes, 04 de Julho de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 725 DE 04 DE JULHO DE 2022.

EMENTA: CONCEDE O TÍTULO E DIPLOMA DE CIDADANIA
PATIENSE À PERSONALIDADE QUE ESPECIFICA.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, aprovou e eu
promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:


Art. 1º - Fica concedido o Título e Diploma de Cidadania
Patiense à seguinte personalidade:

DEPUTADO FEDERAL ÁUREO LÍDIO MOREIRA RIBEIRO

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto
Legislativo, correrão à conta de dotação orçamentária
própria, suplementando-a, se necessário.

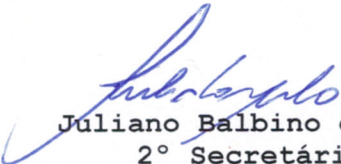
Art. 3º - Este Decreto Legislativo entre em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paty do Alferes, 04 de Julho de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente



Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes
Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº 726 DE 04 DE JULHO DE 2022.

EMENTA: CONCEDE A MEDALHA JOAQUIM OSÓRIO DUQUE
ESTRADA À PERSONALIDADE QUE ESPECIFICA.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, aprovou e eu
promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedida a Medalha Joaquim Osório Duque
Estrada à seguinte personalidade:

DEPUTADO ESTADUAL EURICO PINHEIRO BERNARDES JUNIOR

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto
Legislativo, correrão à conta de dotação orçamentária
própria, suplementando-a, se necessário.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entre em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paty do Alferes, 04 de Julho de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário

Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 727 DE 03 DE AGOSTO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Orozino Antônio Batista Filho, Romulo Rosa de Carvalho e Sergio Murilo Rosa da Silva.

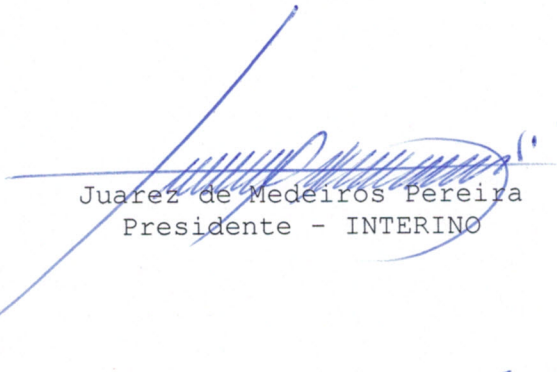
Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 08 de agosto e término no dia 12 de agosto de 2022.

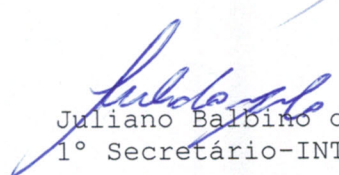
Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.


Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 03 de agosto de 2022.


Juarez de Medeiros Pereira
Presidente - INTERINO


Juliano Balbino de Melo
1º Secretário-INTERINO


Eduardo de Sant'Ana Mariotti
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 728 DE 03 DE AGOSTO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Edson da Silva Almeida, Juarez de Medeiros Pereira e Juliano Balbino de Melo.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 08 de agosto e término no dia 12 de agosto de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 03 de agosto de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Eduardo de Sant'Ana Mariotti
1º Secretário-INTERINO

Orozino Antônio Batista Filho
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 729 DE 15 DE AGOSTO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Eduardo de Sant'Ana Mariotti e Heliomar Velloso do Nascimento.


Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 22 de AGOSTO e término no dia 26 de agosto de 2022.

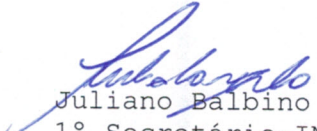
Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

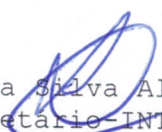
Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 15 de agosto de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Juliano Balbino de Melo
1º Secretário-INTERINO


Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 730 DE 24 DE AGOSTO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Denilson da Costa Nogueira e Wilson Rosa de Souza.

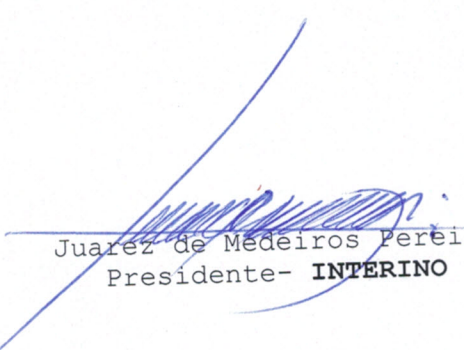
Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 29 de agosto e término no dia 02 de setembro de 2022.

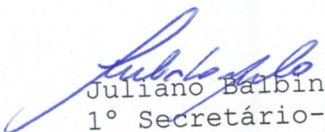
Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

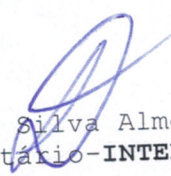
Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 24 de agosto de 2022.


Juarez de Medeiros Pereira
Presidente- INTERINO


Juliano Balbino de Melo
1º Secretário-INTERINO


Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 731, DE 05 DE SETEMBRO DE 2022.

EMENTA: APROVA AS CONTAS DE GESTÃO DE ORDENADOR DE DESPESAS E RESPONSÁVEL PELA TESOURARIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR EX PREFEITO DE PATY DO ALFERES, RACHID ELMOR, E ILUSTRÍSSIMA SENHORA EX TESOUREIRA SUSIMAR COIMBRA BERNARDES, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

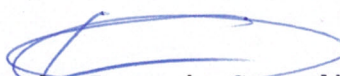
Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas de Gestão de Ordenador de Despesas e da Responsável pela Tesouraria do exercício de 2016 do Município de Paty do Alferes, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Ex Prefeito do Município de Paty do Alferes Rachid Elmor e da então Tesoureira a época, Ilustríssima Senhora Susimar Coimbra Bernardes, acatando o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, no processo TCE/RJ nº 210.976-8/2017, conforme cópia anexa, e parecer da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

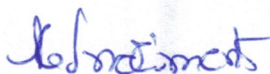
Art. 2º - As entidades e autoridades mencionadas no relatório do Corpo Técnico deverão receber cópia integral da prestação de contas e este Decreto.

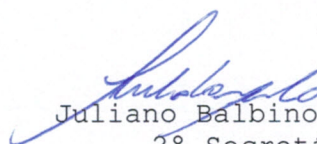
Art. 3º - O Tribunal de Contas do Estado do rio de Janeiro deverá ser comunicado desta decisão, para que proceda aos apontamentos necessários.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 05 de Setembro de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 732 DE 26 DE SETEMBRO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Eduardo de Sant'Ana Mariotti, Heliomar Velloso do Nascimento e Orozino Antônio Batista Filho.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 03 de outubro e término no dia 07 de outubro de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 26 de setembro de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Juliano Balbino de Melo
1º Secretário-INTERINO

Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 733 DE 10 DE OUTUBRO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Edson da Silva Almeida, Juarez de Medeiros Pereira e Juliano Balbino de Melo.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 17 de outubro e término no dia 21 de outubro de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 10 de Outubro de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário

Wilson Rosa de Souza
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 734 DE 10 DE OUTUBRO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Romulo Rosa de Carvalho e Sérgio Murilo Rosa de Souza.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 17 de outubro e término no dia 21 de outubro de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 10 de Outubro de 2022.


Juarez de Medeiros Pereira
Presidente-INTERINO



Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário



Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 735, DE 24 DE OUTUBRO de 2022.

EMENTA: Decreta Ponto Facultativo na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, no dia 28 de outubro de 2022.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Será facultativo o "Ponto" na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, no dia 28 de outubro de 2022, (sexta-feira), em Comemoração ao Dia do Servidor Público.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 24 de outubro de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Juliano Balbino de Melo
1º Secretário-INTERINO

Edson da Silva Almeida
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 736 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Denilson da Costa Nogueira e Wilson Rosa de Souza.


Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 08 de Novembro e término no dia 12 de Novembro de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pernoite, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 07 de Novembro de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente



Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário



Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

DECRETO LEGISLATIVO Nº 737, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022.

EMENTA: Cancela a realização das Sessões Ordinárias dos dias 21 e 23 de novembro na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes.

AUTOR: MESA DIRETORA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a viagem dos Vereadores em busca por emendas parlamentares em Brasília em viagem de representação Oficial do Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

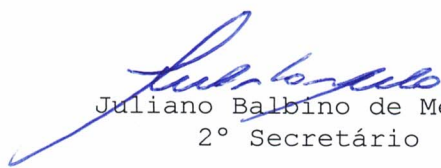
Art. 1º. Fica cancelada a realização das Sessões Ordinárias dos dias 21 (segunda-feira) e 23 (quarta-feira) de Novembro na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 14 de novembro de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

DECRETO LEGISLATIVO N° 738 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022

EMENTA: Decreta Ponto Facultativo na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes nos dias 24 e 28 de novembro e 02 de dezembro, especificadas abaixo.

AUTOR: MESA DIRETORA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO as comemorações alusivas à **COPA DO MUNDO** e;

CONSIDERANDO a realização do **JOGO DO BRASIL** nas datas de 24/11/2022 - 28/11/2022 e 02/12/2022.

CONSIDERANDO o **DECRETO N° 7.526 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022**, exarado pelo **PREFEITO MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES**;

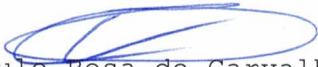
D E C R E T A:

Art. 1°. Ponto Facultativo nos dias 24 (quinta-feira) e 28 (segunda-feira) de novembro e no dia 02 (sexta-feira) de dezembro do corrente ano nas dependências do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2°. Ficam revogadas as disposições em contrário.


Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 14 de novembro de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente



Heliomar Velloso Nascimento
1° Secretário


Juliano Balbino de Melo
2° Secretário



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

DECRETO LEGISLATIVO Nº 739, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022.

EMENTA: Decreta a Alteração da data da realização da Sessão Ordinária do dia 28 para o dia 29 de novembro de 2022.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Fica alterada a data da Sessão Ordinária do dia 28 (segunda-feira), para o dia 29 (terça-feira) de novembro de 2022.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 14 de novembro de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário

Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 740 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Eduardo de Sant'Ana Mariotti, Heliomar Velloso do Nascimento e Orozino Antonio Batista Filho.


Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 21 de novembro e término no dia 25 de novembro de 2022.


Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

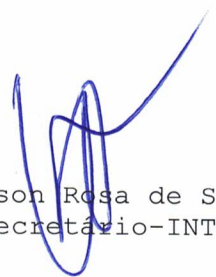
Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 14 de novembro de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Juliano Balbino de Melo
1º Secretário-INTERINO


Wilson Rosa de Souza
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 741 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Juliano Balbino de Melo, Romulo Rosa de Carvalho e Sergio Murilo Rosa da Silva.

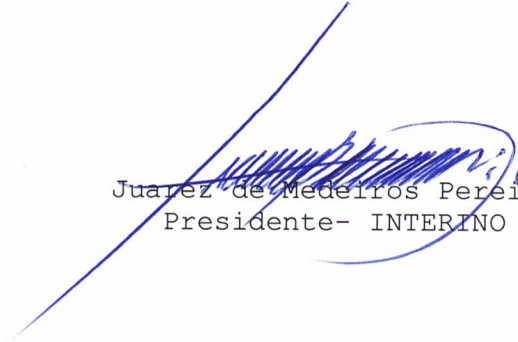
Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 21 de novembro e término no dia 25 de novembro de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 14 de novembro de 2022.



Juarez de Medeiros Pereira
Presidente- INTERINO



Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário



Wilson Rosa de Souza
2º Secretário-INTERINO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 742 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022.

EMENTA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES QUE MENCIONA À CIDADE DE BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL, EM VIAGEM DE REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica constituída uma representação do Município na cidade de Brasília, Capital Federal, em caráter oficial, composta pelos Vereadores Denilson da Costa Nogueira, Edson da Silva Almeida, Juarez de Medeiros Pereira e Wilson Rosa de Souza.

Art. 2º - A viagem de que trata este Decreto Legislativo terá início no dia 21 de novembro e término no dia 25 de novembro de 2022.

Art. 3º - Os Vereadores receberão 04 (quatro) diárias de alimentação e pousada, conforme dispõe a Lei nº 2.799 de 10 de setembro de 2021, a título indenizatório.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-se, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 14 de novembro de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso do Nascimento
1º Secretário

Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 743, DE 07 DE DEZEMBRO de 2022.

EMENTA: Altera o horário do Expediente na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, alterado para horário de Expediente de 8 às 11 horas no dia 09 de dezembro de 2022, em razão do Jogo do Brasil.

AUTOR: MESA DIRETORA

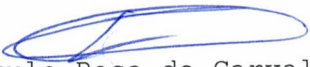
A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Altera o horário do Expediente na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, alterado para horário de Expediente de 8 às 11 horas no dia 09 de dezembro de 2022 - (sexta-feira), em razão do Jogo do Brasil.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 07 de dezembro de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 744, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

EMENTA: Decreta Ponto Facultativo na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, no dia 15 de dezembro de 2022.

AUTOR: MESA DIRETORA


A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

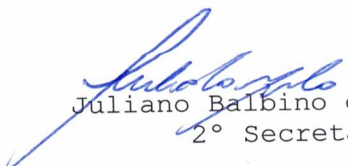
Art. 1º - Será facultativo o "Ponto" na Sede do Poder Legislativo Municipal de Paty do Alferes, no dia 15 (quinta-feira) de Dezembro de 2022, em virtude da Comemoração do Aniversário de Fundação da Cidade - Emancipação Político - Administrativa.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 07 de Dezembro de 2022.


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente


Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário


Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECRETO LEGISLATIVO Nº 745, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

EMENTA: Dispõe sobre Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Paty do Alferes nos dias 23 e 30 de dezembro do ano em curso, e dá outras providências.

AUTOR: MESA DIRETORA

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica considerado **PONTO FACULTATIVO** nos dias 23/12/2022 (sexta-feira) e 30/12/2022 (sexta-feira), em razão das Festividades de Natal e Ano Novo.

Art. 2º - Funcionarão normalmente os serviços considerados essenciais.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Filho, 07 de Dezembro de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário

Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 746, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022.

**REGULAMENTA AS HIPÓTESES DE CONTRATAÇÃO
DIRETA DISCIPLINADAS PELA LEI Nº 14.133,
DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE
A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Paty do Alferes, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade de harmonização e regulamentação das normas jurídicas, visando à máxima eficácia e efetividade da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de garantir a transparência dos atos praticados até a efetiva implementação e integração do Portal Nacional das Contratações Públicas com o Sistema de Aquisições Governamentais do Município de Paty do Alferes,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta as hipóteses de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de que trata o Capítulo VIII do Título II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal, no que couber:

Parágrafo único -As disposições deste decreto aplicam-se, no que couber, às aquisições de bens, prestação de serviços em geral, locações, contratações de obras e serviços de engenharia.

CAPÍTULO I

Seção I

Dos Conceitos

Art. 2º - Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Unidade Gestora: é a Unidade Orçamentária ou administrativa que possui dotação própria, investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização;

II - Objeto de mesma natureza: entende-se aqueles cuja natureza e destinação sejam similares, guardando assim pertinência, inseridos no mesmo ramo de atividade;

III - preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, podendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados, ressalvadas incongruências devidamente justificadas, optando pela média ou mediana, a que for mais vantajosa para a administração;

IV - sobre preço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

a contratação for por tarefa, empreitada, semi-integrada, integrada ou preço global ou empreitada integral.

V - média: obtida somando os valores de todos os dados e dividindo a soma pelo número de dados.

VI - mediana: depois de ordenados os valores por ordem crescente ou decrescente, a mediana é o valor que ocupa a posição central, se a quantidade desses valores for ímpar, ou a média dos dois valores centrais, se a quantidade desses valores for par.

VII - menor dos valores: quando o bem ou serviço for executado por algumas poucas empresas em ambiente de baixa competição econômica o preço estimado será aquele de menor valor dentre os obtidos.

Seção II

Da Aferição dos valores da Dispensa de Licitação

Art. 3º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos da mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratação no mesmo ramo de atividade.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo não se aplica às contratações nos valores previstos no §7º do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Seção III

Da Instrução do Processo de Contratação Direta

Art. 4º - O procedimento de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I-Requisição elaborada, acompanhada do termo de referência conforme modelo Anexo I deste decreto (no caso de compras ou serviços comuns), projeto básico ou projeto executivo (nos casos de obra e serviços de engenharia) e, se for o caso, estudo técnico e análise de riscos;

II - estimativa de despesa, nos termos deste decreto;

III - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

IV- Termo de Conformidade (fase I), quando se aplicar;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessárias;

VI - minuta do contrato, se for o caso;

VII - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

VIII - razão de escolha do contratado;

IX - justificativa de preço;

X - autorização da autoridade competente;

XI - ato de ratificação do procedimento pela autoridade competente.

§ 1º Para atendimento ao disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, o processo deverá ser instruído com a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado, as quantidades e o preço estimado de cada item, observada a respectiva unidade de fornecimento, o local e prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra, a observância das disposições previstas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso.

§ 2º A elaboração do estudo técnico preliminar e análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites do incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos dos § 7º do art. 90 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - é dispensada nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada;

§ 3º Para fins de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessárias, serão exigidos seguintes documentos, no mínimo:

I - habilitação Jurídica, na forma prevista no art. 66 da Lei 14.133/2021, sendo: ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme o caso;

II - regularidade fiscal, social e trabalhista, na forma prevista no art. 68 da Lei 14.133/2021;

III - qualificação técnico-profissional e técnico-operacional na forma prevista no art. 67 da Lei 14.133/2021, caso for exigência no Termo de Referência, de acordo com a complexidade do objeto;

IV - qualificação econômico-financeira, apenas nos casos em que o licitante precisa demonstrar a aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, sendo restrita às constantes no art. 69 da Lei 14.133/2021;

V - declarações, atestados ou outros documentos idôneos, conforme o caso, capaz de comprovar os requisitos exigidos nos parágrafos 1º ao 5º do art. 74 da Lei 14.133/2021.

§ 4º No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, bem como nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES**

MESA DIRETORA

alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devem ser apresentados os seguintes documentos de habilitação:

- I - se pessoa física, apenas certidão de regularidade fiscal;
- II - se pessoa jurídica, apenas certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista.

CAPITULO II

Seção I

Da Pesquisa de preços

Art. 5º - A pesquisa de preços, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia e na Súmula 02/2018, do TCE/RJ e será materializada em documento que conterá, no mínimo:

- I - descrição do objeto a ser contratado;
- II - caracterização das fontes consultadas;
- III - série de preços coletados;
- IV - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;
- V - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;
- VI - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 6º deste Decreto; e
- VII - data, identificação e assinatura do(s) servidor(es) responsável(eis).

Subseção I

Do valor estimado para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral

Art. 6º - O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos, as quantidades a serem contratadas e a especificação do objeto/marca, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º A pesquisa de preços para fins de determinação do valor estimado na contratação direta para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, de forma combinada ou não:

- I - composição de custos unitários menores ou iguais à media ou mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

pesquisa de preços, inclusive Ata de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data da pesquisa de preço;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preço.

Subseção II

Do valor estimado para contratação de obras e serviços de engenharia

Art. 7º -No processo para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à média ou mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia, em casos que não envolva recursos da União poderá utilizar outros sistemas de custos, como por exemplo, Emop, SCO/RJ;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preço.

Subseção III

Orientações Gerais

Art. 8º Nas contratações realizadas que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o art. 6º deste decreto, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo município.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no § 1º do art. 6º, art. 7º e art. 8º deste decreto, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido, exceto obras e serviços de engenharia.

Art. 9º O agente público poderá utilizar, como métodos estatísticos para definição do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 6º deste Decreto, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no disposto no caput deste artigo, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 4º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei 14.133/2021. Tendo como base as modalidades de garantia definidas no art. 96 da Lei 14.133/2021.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

Art. 10 - As contratações de que tratam nos incisos I e II do art. 75, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Art. 11 - Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal, direta ou indireta, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar as regras da Instrução Normativa nº 67, de 8 de julho de 2021 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Parágrafo 1º - Em caso de não utilização do Sistema Dispensa Eletrônica do Governo Federal pelos órgãos e entidades de que trata o parágrafo 1º, o procedimento estabelecido na Instrução Normativa nº 67, de 8 de julho



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

de 2021 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia deverá ocorrer em ferramenta informatizada própria ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à Plataforma +Brasil, nos termos do Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019.

Parágrafo 2º - A não utilização de ferramenta informatizada própria ou outros sistemas disponíveis no mercado para a contratação direta, seja por dispensa ou inexigibilidade de licitação, deverá ser devidamente justificada pela administração, comprovando as condições de sua inexecução.

CAPÍTULO IV

DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Art. 12 Nas contratações que se enquadram nas hipóteses de inexigibilidade de Licitação com fundamento no art. 74 da Lei 14.133, devem ser observados os seguintes requisitos:

§ 1º Para fins de aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

§ 2º Para fins de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

§ 3º Para fins contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, constantes do artigo 74 § 3º, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, constantes do artigo 74 § 3º, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

Art. 13 - Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA**

CAPÍTULO V

DA DIVULGAÇÃO

Art. 14 - A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, devendo ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta, contados da data de sua assinatura.

§ 1º A divulgação de que trata o caput deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

§ 2º O ato que autoriza a contratação direta, bem como o extrato do contrato ou instrumento equivalente, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Diário Oficial Eletrônico do Município de Paty do Alferes, bem como no Portal de Transparência da Câmara Municipal de Paty do Alferes.

CAPÍTULO VI

DA SANÇÕES

Art. 15 - O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

Art. 16 - Quando do enquadramento indevido de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas no Capítulo VIII da Lei 14.133 ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133, a Administração poderá optar por contratar diretamente de acordo com Lei 14.133 ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada da Lei 14.133 com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

Art. 18 - Enquanto não implementado e integrado o Portal Nacional das Contratações Públicas - PNCP a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

I - quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial da União ou Diário Oficial Eletrônico do Município de Paty do Alferes sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas Estadual;

II - quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a inteiro teor de documento, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Diário Oficial Eletrônico do Município de Paty do Alferes, no Portal Transparência, sem prejuízo de eventual publicação no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º Não haverá prejuízo à realização das Contratações Direta ante à ausência das informações previstas nos §§ 2º e 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo serem adotadas as funcionalidades atualmente disponibilizadas no Município de Paty do Alferes, no que couber, devendo, de qualquer modo, a Administração buscar a adequação de seus sistemas à previsão do PNCP.

§ 2º Todas as contratações realizadas antes da implantação do Portal Nacional de Contratações Públicas devem ser devidamente arquivadas pelos respectivos órgãos e entidades contratantes para eventual e futura inserção de dados no portal nacional.

Art. 19 - O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

Art. 20 - Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Diretoria de Controle Interno e Procuradoria Jurídica, que poderão expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Art. 21 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Oswaldo F. de Barros Fº, 12 de Dezembro de 2022.

Romulo Rosa de Carvalho
Presidente

Heliomar Velloso Nascimento
1º Secretário

Juliano Balbino de Melo
2º Secretário



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. Descrição do objeto

Resposta:

1.2. Especificação do produto/quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1			
2			
...			

2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

2.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21)

Resposta:

2.2. Prorrogação do Contrato

Resposta:

2.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21)

Resposta:

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Interesse público

Resposta:

3.2. Metodologia do quantitativo

Resposta:

3.3. Justificativa do Quantitativo solicitado

Resposta:

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

4.1. Estudo Técnico Preliminar nº xxxx (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21). Obs.: No caso de não ter o ETP incluir uma breve justificativa da não aplicabilidade do estudo.

Resposta:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

5.1. Descreva a solução escolhida com todos os elementos para que a contratação produza os resultados pretendidos pela administração, considerando todo o ciclo de vida do objeto.

Resposta:

5.2. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III)

Resposta:

5.3. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21)

Resposta:

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

6.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021)

Resposta:

6.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços

Resposta:

6.3. Vistoria Prévia (observado os §§ 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021)

Resposta:

6.4. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021)

Resposta:

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)

7.1. O prazo de entrega dos bens/ de execução dos serviços é de dias, contados do recebimento do Empenho pela empresa selecionada.

7.2. O objeto do contrato deverá ser entregue nas dependências do xxx, no horário de xxx.

7.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15(quinze) dias.

7.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de xxx dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.
- 8.3. A execução do contrato deverá produzir seus efeitos xxxxx. Obs.: Descrever os efeitos esperados.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

- 9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.3. Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso):

Fiscal do futuro contrato: _____/
Cargo _____ Gestor do futuro Contrato:
_____/ Cargo _____

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO DIRETA (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (arts. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021)

- 11.1. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços está fundamentada nos pressupostos do art. xxx, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

- 12.1. O custo estimado da contratação é de R\$ _____ ().
Obs.: Esta estimativa pode ser breve e deverá ser acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte. A estimativa definitiva conforme as diretrizes legais será anexada posteriormente ao processo.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

- 13.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Caso haja, informar as disposições gerais desta aquisição/serviço. (Caso não haja disposições gerais, informar: "Não há disposições gerais").

15. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 15.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos: (No caso de não haver anexos, informar: "Não há anexos").

ANEXO I - _____ Ex.: Características técnicas dos bens requisitados, etc.)

ANEXO II - _____ (Ex.: Modelo de planilha de composição de custos; cronograma físico-financeiro; plantas ou desenhos; etc.)

Paty do Alferes, ____ de _____ de ____.

(Nome)

(Cargo e Matrícula)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

ANEXO II

TERMO DE CONFORMIDADE FASE 1
CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo
n°:

Legenda: S = Sim ; N = Não ; NA = Não se aplica

ITEM	DESCRIÇÃO	S/N/NA
1	O procedimento está formalizado em Processo Administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado?	
2	A requisição para a despesa está devidamente aprovada pelo responsável do setor requisitante?	
3	O Termo de Referência ou Projeto Básico (conforme o caso), está anexado aos autos?	
4	Ainda quanto ao Termo de Referência ou Projeto Básico:	
	a) O Objeto está claramente definido, descrito de forma precisa, suficiente clara e isento de especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização?	
	b) As especificações do objeto estão detalhadas, inclusive foi incluído os quantitativos?	
	c) Se for o caso, foi incluso o prazo de vigência do contrato, reajustes e a possibilidade de prorrogação?	
	d) Há justificativa para a contratação?	
	e) Consta a fundamentação da contratação?	
	f) Há a descrição da solução como um todo?	
	g) Se for o caso, foi incluso a especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica?	
	h) Foi definido os requisitos da contratação (qualificação técnica, vistoria prévia, amostra...)	
	i) Há indicação do prazo e locais de entrega do objeto?	
	j) Há especificações das regras para recebimento provisório e definitivo?	
	k) Foi especificado o modelo de execução do objeto?	
	l) Consta o modelo da gestão e fiscalização do contrato, indicando o futuro fiscal e gestor do contrato, se for o aplicável?	
	m) Há informações sobre os critérios de medição e pagamento?	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES
MESA DIRETORA

	n) Foi definido a forma e critérios de seleção do fornecedor, fundamentada nos pressupostos da Lei 14.133/2021?	
	o) Foi realizada uma estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo?	
	p) A dotação orçamentária consta do TR?	
	r) As disposições gerais estão especificadas ou então a informação de que não há disposições gerais?	
	s) Os anexos ao TR estão informados ou então há a informação de que não há anexos?	

() Uma vez atendidos todos os itens acima, opinamos pelo prosseguimento, para a/o

() ADEQUAÇÃO, para o Setor/Diretoria

MOTIVO DA ADEQUAÇÃO

--

Paty do Alferes, ____ de _____ de ____.

Assinatura e carimbo do responsável pela informação



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATY DO ALFERES
APROVADO
09/03/2022 - SO

Fernando Rosa de Azevedo
Presidente

Autógrafo

LEI N.º 2840 DE 10 DE MARÇO DE 2022

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
N.º 3728 DO MUNICÍPIO DE
PATY DO ALFERES EM 10/03/22

RUBRICA E MATRÍCULA
30/03/2022
Mm.70001

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL SALARIAL ANUAL DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, NA FORMA DO ARTIGO 85, DA LEI 1.519, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica fixado a revisão geral salarial anual dos Servidores Públicos Municipais da Câmara Municipal de Paty do Alferes, a partir de 1º de março de 2022, de acordo com o que dispõe o artigo 85, da Lei 1.519, de 19 de Setembro de 2008 e artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, no importe de 15,44% (quinze vírgula quarenta e quatro por cento) respeitados os seguintes índices nos respectivos exercícios, que serão aplicados, cumulativamente, na forma abaixo transcrita:

I - 5,26% (cinco vírgula vinte e seis por cento), a partir de 1º de Março de 2022, incidindo sobre a remuneração de fevereiro de 2022, referente à revisão geral anual do exercício de 2021;

II - 10,18 (dez vírgula dezoito por cento), a partir do dia 1º de Março de 2022, incidindo sobre a remuneração de março de 2022, referente a revisão feral anual do exercício de 2022.

Art. 2º - A incidência dos percentuais terá como referência a Tabela de Vencimentos vigente no mês de Fevereiro de 2022, para o inciso I do artigo 1º e no mês de Março de 2022 para o inciso II, refletindo na remuneração, em cada caso, a aplicação dos referidos percentuais nas verbas de representação de cada servidor.


Art. 3º - O percentual total de reajuste dos vencimentos de 15,44% (quinze vírgula quarenta e quatro por cento) é o mesmo previsto quando da soma da fixação do reajuste e novos vencimentos dos servidores do Poder Executivo Municipal.



Art. 4º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-a, se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, incidindo seus efeitos no que tange ao reajuste, ao dia 1º de Março de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Paty do Alferes, 10 de março de 2022


EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

TICA ALTERADO O ANEXO V DA LEI Nº 2.530 DE 27 NOVEMBRO DE 2019 CONFORME REAJUSTE CONCEDEDO DE TOTALIZANDO 13,44%				
CARGOS E TABELA DE VENCIMENTOS SERVIDORES COMBINATIONADOS ANEXO V				
A CONCESSÃO DE REPRESENTAÇÃO SE DARÁ DE ACORDO COM CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ANEXO VIII				
SETOR	CARGO	SÍMBOLO	QUANT	VENCIMENTO
DIRETORIA FINANCEIRA	DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - CRC	DAL-1	1	4.014,38
	TESOUREIRO	DAI-2	1	2.810,32
	ASSESSOR DA DIRETORIA FINANCEIRA	DAL-3	1	1.405,16
DIRETORIA ADMINISTRATIVA	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CRA	DAI-1	1	4.014,38
	DIRETOR DE COMPRAS E PLANEJAMENTO	DAL-1	1	4.014,38
	ASSESSOR D- DIRETORIA ADMINISTRATIVA	DAL-3	1	1.405,16
PROCURADORIA JURÍDICA	PROCURADOR JURÍDICO - DAS	DAI-1	1	4.014,38
SECRETARIA GERAL	DIRETOR GERAL	DAI-1	1	4.014,38
	ASSESSOR DA SECRETARIA GERAL	DAS-3	1	1.405,16
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ASSESSOR CHEFE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA	DAL-2	1	2.810,32
	ASSESSOR DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA	DAL-3	1	1.405,16
CONTROLE INTERNO	DIRETOR DE CONTROLE INTERNO - CRC	DAI-1	1	4.014,38
	ASSESSOR DO CONTROLE INTERNO	DAL-3	1	1.405,16
GABINETE DOS VEREADORES	ASSESSOR CHEFE DO GABINETE DOS VEREADORES	DAL-2	1	2.810,32
	ASSESSOR LEGISLATIVO	DAL-3	3	1.405,16

SÍMBOLO	QUANTIDADE	VALOR
FG-1	5	1.431,95



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

ANEXO IV - TABELA DE VENCIMENTOS SERVIDORES EFETIVOS (Reajuste de 5,26% MAIS 10,18% PARA O EXERCÍCIO DE 2022- FICA ALTERADO O ANEXO IV DA LEI 2.630 DE 27 NOVEMBRO DE 2019).												
CLASSES	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	
CARGOS												
AUXILIAR												
NÍVEL VENCIMENTO												
SERVIÇOS GERAIS	I	1.125,79	1.159,57	1.194,35	1.230,19	1.267,09	1.305,10	1.344,26	1.384,58	1.426,12	1.468,91	1.512,97
AUXILIAR												
ADMINISTRATIVO I	II	1.513,29	1.558,69	1.605,45	1.653,61	1.703,22	1.754,32	1.806,95	1.861,16	1.916,99	1.974,50	2.033,74
MOTORISTA	III	1.754,16	1.806,78	1.860,99	1.916,81	1.974,32	2.033,55	2.094,56	2.157,39	2.222,11	2.288,78	2.357,44
AUXILIAR												
ADMINISTRATIVO II	IV	2.034,31	2.095,34	2.158,20	2.222,94	2.289,63	2.358,32	2.429,07	2.501,94	2.577,00	2.654,31	2.733,94
AUXILIAR												
AGENTE	V	2.956,75	3.045,46	3.136,82	3.230,92	3.327,85	3.427,69	3.530,52	3.636,43	3.745,53	3.857,89	3.973,63
AGENTE												
ADMINISTRATIVO III	VI	4.297,47	4.426,40	4.559,19	4.695,97	4.836,84	4.981,95	5.131,41	5.285,35	5.443,91	5.607,23	5.775,44
TÉCNICO EM												
CONTABILIDADE I	VII	2.356,34	2.427,03	2.499,84	2.574,83	2.652,08	2.731,64	2.813,59	2.898,00	2.984,94	3.074,49	3.166,72
TÉCNICO EM												
CONTABILIDADE II	VIII	3.424,80	3.527,55	3.633,38	3.742,38	3.854,65	3.970,29	4.089,40	4.212,08	4.338,44	4.468,59	4.602,65
TÉCNICO EM												
CONTABILIDADE III	IX	4.977,77	5.127,11	5.280,92	5.439,35	5.602,53	5.770,60	5.943,72	6.122,03	6.305,69	6.494,86	6.689,71
CONTADOR I												
X		3.023,95	3.114,67	3.208,11	3.304,35	3.403,48	3.505,59	3.610,76	3.719,08	3.830,65	3.945,57	4.063,94
CONTADOR II												
XI		4.395,15	4.527,00	4.662,81	4.802,70	4.946,78	5.095,18	5.248,04	5.405,48	5.567,64	5.734,67	5.906,71
CONTADOR III												
XII		6.388,13	6.579,77	6.777,16	6.980,48	7.189,89	7.405,59	7.627,76	7.856,59	8.092,29	8.335,05	8.585,11



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
PARA CONCESSÃO DEREAJUSTE DE 15,44%

ESPECIFICAÇÃO	MENSAL 2022	2022	2023	2024
TRANSFERÊNCIA PREVISTA	360.930,33	4.331.163,90	4.561.581,82	4.804.257,97
PREV. DE SUPLEMENTAÇÃO				
TRANSFERÊNCIA TOTAL PREVISTA	360.930,33	4.331.163,90	4.561.581,82	4.804.257,97
DESPESA C/ VEREADORES	77.985,38	932.988,72	932.988,72	932.988,72
DESPESA INSS	16.376,93	212.254,93	212.254,93	212.254,93
DESPESA C/ 13º SALÁRIO	6.498,78	77.985,38	77.985,38	77.985,38
DESPESAS COM FÉRIAS	2.166,26	25.995,13	25.995,13	25.995,13
DESPESA COM INSS DE FÉRIAS	454,91	5.458,98	5.458,98	5.458,98
DESPESA C/ CARGOS EFETIVOS	10.208,11	652.805,04	652.805,04	652.805,04
DESPESACOM RPPS	9.829,13	83.060,90	83.060,90	83.060,90
DESPESA C/ 13º	5.850,68	70.208,11	70.208,11	70.208,11
DESPESA COM FÉRIAS	4.678,95	56.147,40	56.147,40	56.147,40
DESP. C/ CARGOS COMISSIONADOS	49.379,14	663.557,52	663.557,52	663.557,52
DESPESA INSS	10.369,62	134.805,04	134.805,04	134.805,04
DESPESA C/ 13º SALÁRIO	4.114,93	49.379,14	49.379,14	49.379,14
DESPESA COM FÉRIAS	4.148,55	49.782,65	49.782,65	49.782,45
DESPESA COM INSS DE FÉRIAS	478,22	5.738,65	5.738,65	5.738,65
DESP. C/ CARGOS GAB. VEREADORES	14.051,59	146.066,40	146.066,40	146.066,40
DESPESA PATRONAL	2.950,83	38.360,83	38.360,83	38.360,83
DESPESA C/ 13º SALÁRIO	1.170,97	14.051,59	14.051,59	14.051,59
DESPESA COM FÉRIAS	1.102,01	13.224,09	13.224,09	13.224,09
DESPESA COM INSS DE FÉRIAS	231,42	2.777,06	2.777,06	2.777,06

DESPESA PATRONAL				
TOTAL DESPESA INCLUINDO PREVIDENCIÁRIA	282.046,41	3.234.647,55	3.234.647,55	3.234.647,35
		0,75		
TOTAL DA DESPESA CONFORME EMENDA 25	241.355,33	2.752.191,15	2.752.191,16	2.752.190,96
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO %	0,67	0,64	0,60	0,57

DEMONSTRATIVO PARA CUSTEIO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS QUE FAZEM PARTE

DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, INCLUINDO DESPESAS

COM 13º SALÁRIO, FÉRIAS E PARTE PATRONAL

NÃO HÁ PREVISÃO DE REAJUSTE PARA OS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES

OS DADOS REFERENTES AS TRANSFERÊNCIAS GUARDAM PARIDADE COM A LOA DO EXERCÍCIO O PLANO PLURIANUAL

VALOR DO ORÇAMENTO PARA 2022 1.331.163,90

EMENDA 25 (GASTO ATÉ 70%) 3.031.814,73

LIMITE PRUDENCIAL ADOTADO PELA DIRETORIA

68% DO ORÇAMENTO 2.945.191,45

TOTAL DA PREVISÃO DA DESPESA 2.752.191,15

O COMPROMETIMENTO DO ORÇAMENTO COM DESPESAS TOTAIS NO EXERCÍCIO DE 2022 SERÁ DE 75% DO ORÇAMENTO

CONFORME PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL O AUMENTO DO REPASSE SERÁ DE 4,38%



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATY DO ALFERES
APROVADO
09/03/2022 - SO

Ronaldo de Souza
Presidente

Autógrafo

LEI N.º 2841 DE 10 DE MARÇO DE 2022

CRIA 01 (UM) CARGO DE ASSESSOR CHEFE DE GABINETE DOS VEREADORES - SÍMBOLO DAL II, 03 (TRÊS) CARGOS DE ASSESSORES LEGISLATIVOS - SÍMBOLO DAL - III E 01 (UM) FG 1 - FUNÇÃO GRATIFICADA 1 - RESPONSÁVEL PELO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, INTEGRANTES DO QUADRO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, ALTERANDO OS ANEXOS V E VIII DA LEI 2.630, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica criado 01 (um) Cargo de Assessor Chefe de Gabinete dos Vereadores, Símbolo DAL-II, integrante do quadro de provimento em comissão da Câmara Municipal de Paty do Alferes.

Parágrafo Único - As características, símbolos, vencimentos e atribuições do referido cargo são as constantes do anexo único da presente Lei.

Art. 2º - Ficam criados 03 (três) Cargos de Assessores Legislativos, Símbolo DAL-III, integrante do quadro de provimento em comissão da Câmara Municipal de Paty do Alferes.

Parágrafo Único - As características, símbolos, vencimentos e atribuições do referido cargo são as constantes do anexo único da presente Lei.

Art. 3º - Fica criado a FG 1 - Função Gratificada 1 - Responsável pelo Setor de Licitações e Contratos, com as atribuições constantes do anexo único da presente lei.

Art. 4º - Ficam alterados os anexos V e VIII da Lei nº 2.630, de 27 de Novembro de 2019, incluindo as modificações onde couber.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-a, se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paty do Alferes, 10 de março de 2022

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
N.º 3728 DO MUNICÍPIO DE
PATY DO ALFERES EM 10.03.22

PUBLICA E MATRICULA

Ronaldo de Souza
10.03.22

ERICO PINHEIRO BERNARDES NETO
Prefeito Municipal



LEI Nº 2871 DE 10 DE março DE 2022.

ANEXO ÚNICO

CARGO	QTD	SÍMBOLO	VENCIMENTO	VÍNCULO E EXIGÊNCIA MÍNIMA PARA PROVIMENTO	ATRIBUIÇÕES
ASSESSOR LEGISLATIVO	03	DAL-III	R\$ 1.217,22 Representação de até 100% de acordo com a responsabilidade do cargo e atribuição mediante determinação e nomeação do Presidente da Câmara Municipal de Paty do Alferes, de acordo com a Lei nº 2.630, de 17 de Novembro de 2019.	Ensino Fundamental	01. Assessor ar os Vereadores e o Chefe de Gabinete dos Vereadores em seus trabalhos legislativos junto aos Gabinetes Parlamentares e junto ao Plenário da Câmara Municipal. 02. Elaborar Pareceres, encaminhamento s, projetos de lei bem como esclarecimento s e relatórios junto às Comissões Permanentes. 03. Assessor ar os Vereadores nas Comissões Permanentes quando solicitado. 04. Verifica r a Pauta das Sessões e Acompanhá-las de forma remota ou presencial mediante conveniência e oportunidade do Vereador. 05. Assessor ar a Mesa Diretora nos trabalhos relativos às sessões bem como trabalhos internos junto aos órgãos da Câmara Municipal de Paty do



					<p>Alferes.</p> <p>06. Executar tarefas externas quando solicitado e determinado pelo Vereador representando-o se assim for designado.</p> <p>07. Reunir legislação, projetos e propostas de interesse dos Vereadores, assessorando-os nas questões que se fizerem necessárias.</p> <p>08. Auxiliar nas atividades administrativas do Gabinete.</p> <p>09. Representar o Vereador junto à comunidade, quando solicitado.</p> <p>10. Cumprir as determinações do Chefe de Gabinete dos Vereadores.</p>
--	--	--	--	--	---

CARGO	QTD	SÍMBOLO	VENCIMENTO	VÍNCULO E EXIGÊNCIA MÍNIMA PARA PROVIMENTO	ATRIBUIÇÕES
ASSESSOR CHEFE DE GABINETE DOS VEREADORES	01	DAL-II	R\$ 2.434,44 Representação de até 100% de acordo com a responsabilidade do cargo e atribuição mediante determinação e nomeação do Presidente da Câmara Municipal de Paty do Alferes, de acordo com a Lei nº 2.630, de 17 de Novembro de 2019.	Ensino Médio Completo	<p>01. Chefiar os Assessores Parlamentares, coordenando, organizando planejando, supervisionando e direcionando o controle de estratégias e atividades desempenhadas junto aos Gabinetes Parlamentares e junto ao Plenário da Câmara Municipal.</p> <p>02. Coordena</p>



r a Elaboração
de Pareceres,
Ofícios,
Requerimentos,
Indicações,
encaminhamento
s, projetos de
lei bem como
esclarecimento
s e relatórios
junto às
Comissões
Permanentes.

03. Supervis
ionar o
Assessoramento
Legislativo
aos Vereadores
nas Comissões
Permanentes.

04. Verifica
r a Pauta das
Sessões e
Acompanhá-las
de forma
remota ou
presencial
mediante
conveniência e
oportunidade
dos
Vereadores.

05. Chefiar
e Coordenar os
Assessorares
Legislativos
junto à Mesa
Diretora nos
trabalhos
relativos às
sessões bem
como trabalhos
internos junto
aos órgãos da
Câmara
Municipal de
Paty do
Alferes.

06. Executar
tarefas
externas
quando
solicitado e
determinado
pelo Vereador,
representando-
o se assim for
designado.

07. Coordena
r junto aos
assessores o
atendimento
aos munícipes
e
reivindicações
da sociedade



					<p>em geral supervisionando o bom funcionamento do Gabinete.</p> <p>08. Organizar e manter atualizados os registros e controles pertinentes ao Gabinete.</p> <p>09. Solicitar e controlar os materiais e demais suprimentos fornecidos ao Gabinete.</p> <p>10. Fazer cumprir as normas legais, regulamentares e de controle interno referentes ao Gabinete de Vereadores.</p>
--	--	--	--	--	---

CARGO	QTD	SÍMBOLO	VENCIMENTO	VÍNCULO E EXIGÊNCIA MÍNIMA PARA PROVIMENTO	ATRIBUIÇÕES
FG 1 - FUNÇÃO GRATIFICADA 1 - RESPONSÁVEL PELO SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	01	FG - 1	R\$ 1.217,22	Servidor Integrante dos Quadros de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Paty do Alferes, nos termos da Lei nº 2.360, De 17 de Novembro de 2019.	<p>01. Servidor designado pela autoridade competente, entre os servidores efetivos, para Chefiar a Comissão de Licitações, tomar decisões, acompanhar o trâmite das licitações, dar impulso ao procedimento licitatório e executar qualquer outra atividade necessária ao bom andamento do certame até sua homologação.</p> <p>02. Coordenar as atividades de planejamento</p>



					<p>nos procedimentos licitatórios a serem efetuados pela Câmara Municipal de Paty do Alferes.</p> <p>03. Efetuar pesquisa de mercado e de preços na etapa de planejamento.</p> <p>04. Elaborar Termo de Referência e Edital dos certames, junto à equipe de apoio.</p> <p>05. Receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento dos licitantes junto à Comissão de Licitação.</p> <p>06. Auxiliar o Pregoeiro e a equipe de apoio no que for solicitado.</p> <p>07. Analisar e responder as impugnações interpostas ao instrumento convocatório em conjunto com a Comissão Permanente.</p> <p>08. Acompanhar, junto ao Pregoeiro e a equipe de apoio o julgamento da sessão da licitação propriamente dita, com todos os atos a ela inerentes, tais como: abertura da</p>
--	--	--	--	--	---



					<p>sessão, credenciamento dos licitantes, recebimento dos envelopes de habilitação e propostas, análise e julgamento das fases de habilitação e classificação de propostas.</p> <p>09. Apreciação e decisão dos <u>recursos</u> <u>administrativos</u> e realização de diligências.</p>
--	--	--	--	--	---

Paty do Alferes, 10 de março de 2022


EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

FICA ALTERADO O ANEXO V DA LEI Nº 2.630 DE 27 NOVEMBRO DE 2019 CONFORME CRIAÇÃO DE 01 FG, 01 DAL 2 E 3 DAL3				
CARGOS E TABELA DE VENCIMENTOS SERVIDORES COMISSIONADOS ANEXO V				
A CONCESSÃO DE REPRESENTAÇÃO SE DARÁ DE ACORDO COM CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ANEXO VIII				
SETOR	CARGO	SÍMBOLO	QUANT	VENCIMENTO
DIRETORIA FINANCEIRA	DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - CRC	DAI-1	1	3.477,46
	TESOUREIRO	DAI-2	1	2.434,44
	ASSESSOR DA DIRETORIA FINANCEIRA	DAL-3	1	1.217,22
DIRETORIA ADMINISTRATIVA	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CRA	DAI-1	1	3.477,46
	DIRETOR DE COMPRAS E PLANEJAMENTO	DAL-1	1	3.477,46
	ASSESSOR DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	DAL-3	1	1.217,22
PROCURADORIA JURÍDICA	PROCURADOR JURÍDICO -OAB	DAI-1	1	3.477,46
SECRETARIA GERAL	DIRETOR GERAL	DAI-1	1	3.477,46
	ASSESSOR DA SECRETARIA GERAL	DAS-3	1	1.217,22
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ASSESSOR CHEFE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA	DAL-2	1	2.434,44
	ASSESSOR DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA	DAL-3	1	1.217,22
CONTROLE INTERNO	DIRETOR DE CONTROLE INTERNO - CRC	DAI-1	1	3.477,46
	ASSESSOR DO CONTROLE INTERNO	DAL-3	1	1.217,22
GABINETE DOS VEREADORES	ASSESSOR CHEFE DO GABINETE DOS VEREADORES	DAL-2	1	2.434,44
	ASSESSOR LEGISLATIVO	DAL-3	3	1.217,22

SÍMBOLO	QUANTIDADE	VALOR
FG-1	5	1.240,43



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

ANEXO VIII
TABELA DE FUNÇÃO GRATIFICADA SÍMBOLO FG

ALTERA O ANEXO VIII DA LEI 2.690 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

FG-1	RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL
	RESPONSÁVEL PELO SETOR DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS
	RESPONSÁVEL PELO SETOR DE GUARDA DE VEÍCULOS
	RESPONSÁVEL PELO SETOR DE SERVIÇOS GERAIS
	RESPONSÁVEL PELO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal do Paty do Alferes

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
PARA CRIAÇÃO DE 3 CARGOS DAL I, UM CARGO DAL II E UMA GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	MENSAL 2022	2022	2023	2024
TRANSFERÊNCIA PREVISTA	360.930,33	4.331.163,90	4.561.581,82	4.804.257,97
PREV. DE SUPLEMENTAÇÃO				
TRANSFERÊNCIA TOTAL PREVISTA	360.930,33	4.331.163,90	4.561.581,82	4.804.257,97
DESPESA C/ VEREADORES	77.985,38	932.988,72	932.988,72	932.988,72
DESPESA INSS	16.376,93	212.254,93	212.254,93	212.254,93
DESPESA C/ 13º SALÁRIO	6.498,78	77.985,38	77.985,38	77.985,38
DESPESAS COM FÉRIAS	2.166,26	25.995,13	25.995,13	25.995,13
DESPESA COM INSS DE FÉRIAS	454,91	5.458,98	5.458,98	5.458,98
DESPESA C/ CARGOS EFETIVOS	70.208,11	652.805,04	652.805,04	652.805,04
DESPESACOM RPPS	9.829,13	83.060,90	83.060,90	83.060,90
DESPESA C/ 13º	5.850,68	70.208,11	70.208,11	70.208,11
DESPESA COM FÉRIAS	4.678,95	56.147,40	56.147,40	56.147,40
DESP. C/ CARGOS COMISSIONADOS	49.379,14	663.557,52	663.557,52	663.557,52
DESPESA INSS	10.369,62	134.805,04	134.805,04	134.805,04
DESPESA C/ 13º SALÁRIO	4.114,93	49.379,14	49.379,14	49.379,14
DESPESA COM FÉRIAS	4.148,55	49.782,65	49.782,65	49.782,45
DESPESA COM INSS DE FÉRIAS	478,22	5.738,65	5.738,65	5.738,65
DESP. C/ CARGOS GAB. VEREADORES	14.051,59	146.066,40	146.066,40	146.066,40
DESPESA PATRONAL	2.950,83	38.360,83	38.360,83	38.360,83
DESPESA C/ 13º SALÁRIO	1.170,97	14.051,59	14.051,59	14.051,59
DESPESA COM FÉRIAS	1.102,01	13.224,09	13.224,09	13.224,09
DESPESA COM INSS DE FÉRIAS	231,42	2.777,06	2.777,06	2.777,06

DESPESA PATRONAL				
TOTAL DESPESA INCLUINDO PREVIDENCIÁRIA	282.046,41	3.234.647,55	3.234.647,55	3.234.647,35
		0,75		
TOTAL DA DESPESA CONFORME EMENDA 25	241.355,33	2.752.191,15	2.752.191,16	2.752.190,96
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO %	0,67	0,64	0,60	0,57

DEMONSTRATIVO PARA CUSTEIO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS QUE FAZEM PARTE

DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, INCLUINDO DESPESAS

COM 13º SALÁRIO, FÉRIAS E PARTE PATRONAL

NÃO HÁ PREVISÃO DE REAJUSTE PARA OS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES

OS DADOS REFERENTES AS TRANSFERÊNCIAS GUARDEM PARIDADE COM A LOA DO EXERCÍCIO E O PLANO PLURIANUAL

VALOR DO ORÇAMENTO PARA 2022 4.331.163,90

EMENDA 25 (GASTO ATÉ 70%) 3.031.814,73

LIMITE PRUDENCIAL ADOTADO PELA DIRETORIA

68% DO ORÇAMENTO 2.945.191,45

TOTAL DA PREVISÃO DA DESPESA 2.752.191,15

O COMPROMETIMENTO DO ORÇAMENTO COM DESPESAS TOTAIS NO EXERCÍCIO DE 2022 SERÁ DE 75% DO ORÇAMENTO

CONFORME PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL O AUMENTO DO REPASSE SERÁ DE 4,39% PARA OS EXERCÍCIOS SEQUENTES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATY DO ALFERES
APROVADO
12/12/2022 - SO

Formoso
Presidente

Autógrafo

LEI Nº 2.973 DE 13 DE Dezembro

DE 2022.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Nº 3915 DO MUNICÍPIO DE
PATY DO ALFERES EM 13/12/22
RUBRICA E MATRÍCULA

Cintia Rodrigues de C. S.
Mat. 1524/02

CRIA 01 (UM) CARGO DE ASSESSOR LEGISLATIVO - SÍMBOLO DAL - III E 01 (UMA) FG 1 - FUNÇÃO GRATIFICADA 1 - RESPONSÁVEL PELO SETOR DE ALMOXARIFADO, INTEGRANTES DO QUADRO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, ALTERANDO OS ANEXOS V E VIII DA LEI 2.630, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica criado 01 (um) Cargo de Assessor Legislativo, Símbolo DAL-III, integrante do quadro de provimento em comissão da Câmara Municipal de Paty do Alferes.

Parágrafo Único - As características, símbolos, vencimentos e atribuições do referido cargo são as constantes do anexo único da presente Lei.

Art. 2º - Fica criado a FG 1 - Função Gratificada 1 - Responsável pelo Setor de Almojarifado, com as atribuições constantes do anexo único da presente lei.

Art. 4º - Ficam alterados os anexos V e VIII da Lei nº 2.630, de 27 de Novembro de 2019, incluindo as modificações onde couber.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementando-a, se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paty do Alferes, 13 de Dezembro de 2022.


EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO
PREFEITO MUNICIPAL



LEI Nº 2.973 DE 13 DE Dezembro

DE 2022.

ANEXO ÚNICO

CARGO	QTD	SÍMBOLO	VENCIMENTO	VÍNCULO EXIGÊNCIA MÍNIMA PROVIMENTO	E PARA	ATRIBUIÇÕES
ASSESSOR LEGISLATIVO	01	DAL-III	R\$ 1.405,16 Representação de até 100% de acordo com a responsabilidade do cargo e atribuição mediante determinação e nomeação do Presidente da Câmara Municipal de Paty do Alferes, de acordo com a Lei nº 2.630, de 17 de Novembro de 2019.	Ensino Fundamental		01. Assessorar os Vereadores e o Chefe de Gabinete dos Vereadores em seus trabalhos legislativos junto aos Gabinetes Parlamentares e junto ao Plenário da Câmara Municipal. 02. Elaborar Pareceres, encaminhamentos , projetos de lei bem como esclarecimentos e relatórios junto às Comissões Permanentes. 03. Assessorar os Vereadores nas Comissões Permanentes quando solicitado. 04. Verificar a Pauta das Sessões e Acompanhá-las de forma remota ou presencial mediante conveniência e oportunidade do Vereador. 05. Assessorar a Mesa Diretora nos trabalhos relativos às sessões bem como trabalhos internos junto aos órgãos da Câmara Municipal de Paty do Alferes. 06. Executar tarefas externas quando solicitado e determinado pelo Vereador representando-o se assim for designado.



					<p>07. Reunir legislação, projetos e propostas de interesse dos Vereadores, assessorando-os nas questões que se fizerem necessárias.</p> <p>08. Auxiliar nas atividades administrativas do Gabinete.</p> <p>09. Representar o Vereador junto à comunidade, quando solicitado.</p> <p>10. Cumprir as determinações do Chefe de Gabinete dos Vereadores.</p>
--	--	--	--	--	--



CARGO	QTD	SÍMBOLO	VENCIMENTO	VÍNCULO EXIGÊNCIA MÍNIMA PARA PROVIMENTO	E	ATRIBUIÇÕES
FG 1 - FUNÇÃO GRATIFICADA 1 - RESPONSÁVEL PELO SETOR DE ALMOXARIFADO	01	FG - 1	R\$ 1.431,95	Servidor Integrante dos Quadros de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Paty do Alferes, nos termos da Lei nº 2.360, De 17 de Novembro de 2019.		<p>1. Servidor designado pela autoridade competente, entre os servidores efetivos, o qual será supervisionado pelo Diretor de Administração Patrimonial, pessoa a qual deverá se reportar, respeitando a hierarquia do setor.</p> <p>2. Orienta, supervisiona e/ou executa o recebimento, estocagem e o atendimento de requisições de material de escritório, produtos e materiais de limpeza, peças de reposição, etc, para atender as demandas das unidades, incluindo o transporte aos locais de destino.</p> <p>3. Orienta, supervisiona e/ou executa o recebimento, estocagem e o atendimento de requisições de materiais ao Almoхарifado, abrangendo desde o controle da documentação, conferência das entradas até a separação, estocagem e disponibilização dos produtos às áreas solicitantes e às diversas unidades.</p> <p>4. Orienta e supervisiona o transporte das mercadorias solicitadas às várias unidades.</p> <p>5. Mantém controle da movimentação de entrada/saída de materiais para atualização dos saldos em estoque, emissão de novos pedidos de compra para reposição e efeitos de inventário. Observa o giro dos produtos e prazo de entrega para acionar os novos pedidos de compra.</p>





					<p>6.Periodicamente orienta e/ou executa da contagem física do material estocado, para efeitos de controle do inventário, para posterior contabilização.</p> <p>7.Organizar as atividades de inventário de consumo (almoxarifado), controlando a distribuição de suprimentos e outros materiais adquiridos.</p> <p>8.Assessorar os Vereadores e servidores no cumprimento das normas relativas à administração e de requisição e consumo de materiais.</p> <p>9.Responder por todos os serviços de responsabilidade da respectiva chefia.</p> <p>10.Resolver questões e realizar outras tarefas administrativas e burocráticas correlatas ao Desempenhar outras atribuições determinadas pelo presidente e atividades correlatas.</p>
--	--	--	--	--	---

Esta Lei é originária do Projeto de Lei nº 768/2022, de autoria da Mesa Diretora.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

GRILAÇÃO DE 01 FUNÇÃO GRATIFICADA ,01 CARGO COMISSIONADO DAL-3 E RECOMPOSIÇÃO

SALARIAL DE VEREADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2023

COM PREVISÃO DE REAJUSTE SALARIA DE 8%

ESPECIFICAÇÃO	MENSAL 2022	MENSAL 2023	2023	2024	2025
TRANSFERÊNCIA PREVISTA	414.052,31	480.045,35	5.760.544,19	6.014.584,19	6.279.827,35
PREV. DE SUPLEMENTAÇÃO					
TRANSFERÊNCIA. TOTAL PREVISTA	414.052,31	480.045,35	5.760.544,19	6.014.584,19	6.279.827,35
DESPESA C/ VEREADORES	77.985,39	85.924,30	1.031.091,63	1.031.091,63	1.031.091,63
DESPESA INSS	16.376,93	18.044,10	216.529,24	216.529,24	216.529,24
DESPESA C/ 13º SALÁRIO	6.498,78	7.160,36	85.924,30	85.924,30	85.924,30
DESPESAS COM FÉRIAS	2.166,26	2.386,79	28.641,43	28.641,43	28.641,43
DESPESA COM INSS DE FÉRIAS	454,91	501,23	6.014,70	6.014,70	6.014,70
DESPESA C/ CARGOS EFETIVOS	73.016,18	78.857,47	946.289,69	946.289,69	946.289,69
DESPESACOM RPPS	7.387,03	11.040,05	143.520,60	143.520,60	143.520,60
DESPESA C/ 13º	6.084,68	6.571,46	78.857,47	78.857,47	78.857,47
DESPESA COM FÉRIAS	4.761,26	5.111,13	61.333,59	61.333,59	61.333,59
DESPESA C/ NOVO FG		1.560,79	18.729,48	18.729,48	18.729,48
DESPESACOM RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA C/ 13º		119,33	1.560,79	1.560,79	1.560,79
DESPESA COM FÉRIAS		92,81	1.213,95	1.213,95	1.213,95
DESP. C/ CARGOS COMISSIONADOS	63.430,76	68.505,22	822.062,65	822.062,65	822.062,65
DESPESA INSS	12.140,12	14.386,10	172.633,16	172.633,16	172.633,16
DESPESA C/ 13º SALÁRIO	5.285,90	5.708,77	68.505,22	68.505,22	68.505,22
DESPESA COM FÉRIAS	4.111,25	4.440,15	53.281,84	53.281,84	53.281,84
DESPESA COM INSS DE FÉRIAS	863,36	932,43	11.189,19	11.189,19	11.189,19
NOVO CARGO DAL 3		3.121,59	37.459,08	37.459,08	37.459,08
DESPESA COM INSS		655,53	7.866,41	7.866,41	7.866,41
DESPESA COM 13 SAL		260,13	3.121,59	3.121,59	3.121,59
DESPESA COM INSS DE 13 SAL	-	54,63	655,53	655,53	655,53
DESPESA COM FÉRIAS		202,33	2.427,90	2.427,90	2.427,90
DESPESA COM INSS FÉRIAS		42,49	509,86	509,86	509,86
DESPESA PATRONAL					
TOTAL DESPESA INCLUINDO PREVIDENCIÁRIA	280.562,82	315.679,19	3.799.419,32	3.799.419,32	3.799.419,32
	0,68	0,66	0,66	0,63	0,61
TOTAL DA DESPESA CONFORME EMENDA 25	243.340,47	264.665,65	3.240.500,63	3.240.500,63	3.240.500,63
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO %	0,59	0,55	0,56	0,54	0,52

DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, INCLUINDO DESPESAS

COM 13º SALÁRIO, FÉRIAS E PARTE PATRONAL

PREVISÃO DE REAJUSTE PARA O EXERCÍCIO 2023 DE 8% PARA SERVIDORES E RECOMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO DE VEREADORES EM 10,18%

OS DADOS REFERENTES AS TRANSFERÊNCIAS GUARDAM PARIDADE COM A LOA DO EXERCÍCIO O PLANO PLURIANUAL

DESESA COM CRIAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICAD É DE 21.504,22

DESESA COM CRIAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO 52.040,37

REPOSIÇÃO SALARIAL VEREADORES 10,18 POR CENTO

VALOR DO ORÇAMENTO PARA 2023 5.760.544,19

EMENDA 25 (GASTO ATÉ 70%) 4.032.380,93

PERCENTUAL DA DESPESA CONFORME EMENDA 25 PREREVISTO 57 POR CENTO 3.240.500,63

LIMITE PRUDENCIAL ADOTADO PELA DIRETORIA 68% 3.917.170,05

TOTAL DA PREVISÃO DA DESPESA 0,66 3.799.419,32

O COMPROMETIMENTO DO ORÇAMENTO COM DESPESAS TOTAIS NO EXERCÍCIO DE 2023 SERÁ DE 66% DO ORÇAMENTO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

FICA ALTERADO O ANEXO V DA LEI Nº 2.630 DE 27 NOVEMBRO DE 2019 CONFORME CRIAÇÃO DE UMA VAGA DE DAL-3-ASSESSOR LEGISLATIVO				
CARGOS E TABELA DE VENCIMENTOS SERVIDORES COMISSIONADOS ANEXO V				
A CONCESSÃO DE REPRESENTAÇÃO SE DARA DE ACORDO COM CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ANEXO VIII				
SETOR	CARGO	SÍMBOLO	QUANT	VENCIMENTO
DIRETORIA FINANCEIRA	DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - CRC	DAI-1	1	4.014,38
	TESOUREIRO	DAI-2	1	2.810,32
	ASSESSOR DA DIRETORIA FINANCEIRA	DAL-3	1	1.405,16
DIRETORIA	-	Q	Q	Q
ADMINISTRATIVA	DIRETOR DE COMPRAS E PLANEJAMENTO	DAL-1	1	4.014,38
	ASSESSOR DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	DAL-3	1	1.405,16
PROCURADORIA				
JURÍDICA	PROCURADOR JURÍDICO -OAB	DAI-1	1	4.014,38
SECRETARIA GERAL	DIRETOR GERAL	DAI-1	1	4.014,38
	ASSESSOR DA SECRETARIA GERAL	DAS-3	1	1.405,16
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ASSESSOR CHEFE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA	DAL-2	1	2.810,32
	ASSESSOR DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA	DAL-3	1	1.405,16
CONTROLE INTERNO	DIRETOR DE CONTROLE INTERNO - CRC	DAI-1	1	4.014,38
	ASSESSOR DO CONTROLE INTERNO	DAL-3	1	1.405,16
GABINETE	ASSESSOR CHEFE DO GABINETE DOS VEREADORES	DAL-2	1	2.810,32
DOS VEREADORES	ASSESSOR LEGISLATIVO	DAL-3	4	1.405,16

SÍMBOLO	QUANTIDADE	VALOR
FG-1	6	1.445,17



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES

ANEXO VIII
TABELA DE FUNÇÃO GRATIFICADA SÍMBOLO FG

*O VALOR ATRIBUÍDO A GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO CORRESPONDERÁ A PERCENTUAL DO DAL 1

FG 1- 36% DO DAL 1

FG-2- 15% DAL 1

FG3- 10% DAL 1

(ALTERA O ANEXO VIII DA LEI Nº 2.630 DE 27 NOVEMBRO 2019)

FG-1	RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL
	RESPONSÁVEL PELO SETOR DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS
	RESPONSÁVEL PELO SETOR DE GUARDA DE VEÍCULOS
	RESPONSÁVEL PELO SETOR DE ARQUIVO E OUVIDORIA
	RESPONSÁVEL PELO SETOR DE SERVIÇOS GERAIS
	ALMOXARIFE
FG-2	A DEFINIR
FG-3	A DEFINIR





Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paty do Alferes

DECLARAÇÃO

DECLARO, a pedido da parte interessada e, para fins de cumprimento do que dispõe o § 1º do inciso II, da Lei complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que a estimativa do impacto financeiro, referente ao projeto de Lei está suportado pelo orçamento vigente e pelo exercício subsequente tendo adequação com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentária.

Paty do Alferes, 07 de Dezembro de 2022


Romulo Rosa de Carvalho
Presidente





**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DO TERCEIRO PERÍODO DE SESSÕES
DA NONA LEGISLATURA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, A
FORMA ABAIXO:**

AO TRIGÉSIMO PRIMEIRO DIA DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, NESTA CIDADE DE PATY DO ALFERES - ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ÀS DEZENOVE HORAS E QUARENTA MINUTOS. EM SEU SALÃO PLENÁRIO SITUADO NA RUA CORONEL MANOEL BERNARDES - Nº 387 - CENTRO, REUNIU-SE A CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, EM SUA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO TERCEIRO PERÍODO DE SESSÕES DA NONA LEGISLATURA. PRESIDIDA PELO VEREADOR ROMINHO. TENDO COMO PRIMEIRO E SEGUNDO SECRETÁRIOS, OS VEREADORES HELIOMAR E EDINHO DA DENGUE. PELO LIVRO DE PRESENÇA VERIFICOU-SE A PRESENÇA DE QUASE TODOS OS VEREADORES, EXCETO JUJU AVELINO E PEDRO DENTISTA QUE ESTAVAM COM PROBLEMAS DE SAÚDE NA FAMÍLIA. O PRESIDENTE PEDIU AO PRIMEIRO SECRETÁRIO PARA FAZER A LEITURA DAS ATAS DA QUADRAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA, DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DOS DIAS, 20/12/2021 E 10/01/2022. O VEREADOR SÉRGIO SABIÁ PEDIU A DISPENSA DA LEITURA DA ATA. O PRESIDENTE COLOCOU O PEDIDO DO VEREADOR EM VOTAÇÃO. FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. O PRESIDENTE PEDIU AO PRIMEIRO SECRETÁRIO PARA FAZER A LEITURA DAS MATÉRIAS CONSTANTES NO EXPEDIENTE E DAS CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS. EXPEDIENTE. INDICAÇÃO Nº 891/2021. SOLICITO AO PREFEITO MUNICIPAL QUE TOME PROVIDÊNCIAS QUANTO À MANUTENÇÃO DA RUA LÚCIO TEIXEIRA, SITUADA EM TRÊS PORTEIRAS. AUTOR: VEREADOR DUDU MARIOTTI. VETO TOTAL Nº 008/2022 AO PROJETO DE LEI Nº 856/2021. VETO



TOTAL Nº 008/2022 AO PROJETO DE LEI Nº 856/2021, DE AUTORIA DO VEREADOR DUDU MARIOTTI, QUE ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 1.446 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2017 – QUE DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP NO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTOR: PODER EXECUTIVO. VETO TOTAL Nº 009/2022 AO PROJETO DE LEI Nº 857/2021, VETO TOTAL Nº 009/2022 AO PROJETO DE LEI Nº 857/2021 DE AUTORIA DO VEREADOR DUDU MARIOTTI, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RESTABELECEER OS PARCELAMENTOS DE DÉBITOS MUNICIPAIS SEM PREJUÍZO AOS CONTRIBUINTES QUE DEIXARAM DE ADIMPLIR SUAS COTAS NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS – COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTOR: PODER EXECUTIVO. O PRIMEIRO SECRETÁRIO COMUNICOU AOS PRESENTES QUE A INDICAÇÃO Nº 017/2022 ESTAVA SENDO RETIRADA DE PAUTA DEVIDO À AUSÊNCIA DO AUTOR DA MESMA, VEREADOR JUJU AVELINO. ANTEPROJETO DE LEI Nº 018/2022. ALTERA A REDAÇÃO DO PARAGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA LEI 2.834, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021. AUTOR: VEREADOR ROMINHO. ANTEPROJETO DE LEI Nº 019/2022. DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES-RJ NA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO, AMPLIA O PLANO DE CUSTEIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTOR: VEREADOR ROMINHO. PROJETO DE LEI Nº 020/2022. DÁ NOME DE “PROFESSORA DÉA DE FARIA BARROS SANTOS”, A RUA CRIADA, QUE LIGA A RUA DEPUTADO BERNARDES NETO A RJ-125, NO PARQUE BARCELLOS, EM PATY DO ALFERES. AUTOR: VEREADOR DUDU MARIOTTI. PROJETO DE LEI Nº 021/2022. CRIA O FERIADO MUNICIPAL “DIA DO EVANGÉLICO”, ALTERA A LEI 2.568 DE 04 DE JULHO DE 2019, REVOGA A LEI 849 DE 28 DE MAIO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTOR: VEREADOR DUDU MARIOTTI. INDICAÇÃO Nº 022/2022. SOLICITA AO PREFEITO MUNICIPAL



QUE TOME PROVIDÊNCIAS QUANTO À TROCA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA LUZ DE LED, NOS PONTOS DA LOCALIDADE DA PRATA, NO BAIRRO DE COQUEIROS. AUTOR: VEREADOR EDINHO DA DENGUE. INDICAÇÃO Nº 023/2022. SOLICITA AO PREFEITO MUNICIPAL QUE TOME PROVIDÊNCIAS QUANTO À CONSTRUÇÃO DE UM QUEBRAMOLAS NA RUA DO RECANTO, PRÓXIMO AO Nº 12, LOCALIZADA NO BAIRRO RECANTO. AUTOR: VEREADOR EDINHO DA DENGUE. INDICAÇÃO Nº 024/2022. SOLICITA AO PREFEITO MUNICIPAL QUE TOME PROVIDÊNCIAS URGENTES QUANTO AO RECAPEAMENTO NA RUA OSWALDO DE MORAES, LOCALIZADA NO BAIRRO PEDRAS RUIVAS. AUTOR: VEREADOR EDINHO DA DENGUE. PROJETO DE LEI Nº 025/2022. DÁ DENOMINAÇÃO DE “JOSÉ ALVES DA COSTA” O LOGRADOURO QUE ESPECIFICA NO 1º DISTRITO DE PATY DO ALFERES. AUTOR: PODER EXECUTIVO. INDICAÇÃO Nº 026/2022. SOLICITA AO PREFEITO MUNICIPAL QUE TOME PROVIDÊNCIAS QUANTO A MELHORIAS COM ENSAIBRAMENTO NA RUA ALTINO ANTÔNIO ROSA LOCALIZADA NO BAIRRO DE AQUEANTA SOL. AUTOR: VEREADOR MACARRÃO. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/2022. CRIA A ESCOLA DO LEGISLATIVO PATYENSE, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTOR: MESA DIRETORA. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 028/2022. PRORROGA POR 60 (SESSENTA) DIAS OS EFEITOS DO DECRETO LEGISLATIVO 697, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTOR: MESA DIRETORA. O VEREADOR DUDU MARIOTTI PEDIU PARA QUE FOSSE INCLUÍDO, NA ORDEM DO DIA EM REGIME DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA, O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 028/2022. O PRESIDENTE COLOCOU O PEDIDO DO VEREADOR EM VOTAÇÃO. FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. CORRESPONDÊNCIA. OFÍCIO Nº 027/2022, ENVIADO PELO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PATY DO ALFERES, DESEJANDO AOS VEREADORES SUCESSO NO ANO LEGISLATIVO QUE



ESTA SE INICIANDO. OFÍCIO Nº 001/2022, ENVIADO PELA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DE DEZEMBRO DE DOSI MIL E VINTE E UM. ENCERRADO O EXPEDIENTE. O PRESIDENTE OFERECEU A TRIBUNA AOS SENHORES VEREADORES EM PALAVRA LIVRE. FEZ USO DA TRIBUNA VEREADOR JUAREZ MEDEIROS. CUMPRIMENTOU A TODOS OS PRESENTES. DESEJOU A TODOS OS VEREADORES UM BOM RETORNO AO ANO LEGISLATIVO QUE ESTAVA SE INICIANDO. SOLICITOU QUE FOSSE ENVIADO UM OFÍCIO AO PODER EXECUTIVO, RELACIONADO AO AUMENTO SALÁRIO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS. SOLICITOU QUE O PREFEITO JUNINHO BERNARDES ESTUDASSE A POSSIBILIDADE DESTE REAJUSTE, RECUPERAR UM POUCO A PERDA DE SALÁRIO DOS ÚLTIMOS ANOS. ESCLARECEU QUE A INFLAÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS ESTAVA DEIXANDO O SALÁRIO DOS FUNCIONÁRIOS DEFASADO. FALOU QUE, COM A PERDA SALARIAL DOS ÚLTIMOS ANOS, O DINHEIRO DEIXAVA DE CIRCULAR NO MUNICÍPIO. LAMENTOU QUE GOVERNOS ANTERIORES ESTIVESSEM DEIXADOS ESTA SITUAÇÃO SE AGRAVAR. ESCLARECEU QUE NO MOMENTO A PREFEITURA ESTAVA COM RECURSO SUFICIENTE PARA QUE O PREFEITO JUNINHO BERNARDES FIZESSE ESTA CORREÇÃO NO SALÁRIO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS. SOLICITOU AOS VEREADORES QUE O APOIASSE NESTE PEDIDO. AGRADECEU A TODOS. FEZ USO DA TRIBUNA VEREADOR DUDU MARIOTTI. CUMPRIMENTOU A TODOS OS PRESENTES. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE O VETO DO PREFEITO MUNICIPAL AO SEU PROJETO DE LEI RELACIONADO À REDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO. LAMENTOU QUE O PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO ESTIVESSE USADO COMO ARGUMENTO PARA O VETO RENÚNCIA DE RECEITA. DISSE QUE NO SEU ENTENDER NÃO SE TRATAVA DE RENÚNCIA DE RECEITA, TENDO EM VISTA QUE O PODER LEGISLATIVO HAVIA VOTADO UM VALOR DE MAIS DE



QUATRO MILHÕES DE REAIS PARA TROCA DE ILUMINAÇÃO NO MUNICÍPIO. DISSE QUE, COM A TROCA PARA LUZ DE LED, O MUNICÍPIO ECONOMIZARIA MAIS DE OITENTA POR CENTO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. ESCLARECEU QUE COM ESTA ECONOMIA O MUNÍCIPE NÃO PRECISARIA CONTRIBUIR COM UM VALOR TÃO ALTO COM ILUMINAÇÃO PÚBLICA. FALOU QUE, NA SESSÃO EM QUE OS VEREADORES HAVIAM VOTADO A FAVOR DO PROJETO DE LEI, OS MESMOS HAVIAM MOSTRADO QUE ESTAVAM A FAVOR DOS MUNÍCIPIES. SOLICITOU AOS VEREADORES QUE SE UNISSEM PARA DERRUBAR O VETO DO PREFEITO JUNINHO BERNARDES. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE SEU PROJETO DE LEI RELACIONADO À RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DE IPTU. DISSE QUE SUA PROPOSTA SERIA RENEGOCIAR AS DÍVIDAS DOS MUNÍCIPIES QUE NÃO HAVIAM CONSEGUIDO PAGAR SEU PARCELAMENTO DEVIDO À PANDEMIA. ESCLARECEU QUE NÃO ESTAVA PEDINDO ANISTIA PARA ESTAS DÍVIDAS, E SIM UM TEMPO PARA QUE A SITUAÇÃO MELHORASSE PARA TODOS. LAMENTOU QUE, MAIS UMA VEZ, O PODER EXECUTIVO ESTIVESSE ARGUMENTANDO RENÚNCIA DE RECEITA MESMO TENDO UMA RECEITA CONSIDERÁVEL NOS ÚLTIMOS TEMPOS. PEDIU APARTE VEREADOR LEINHO. LAMENTOU QUE O PODER PÚBLICO ESTIVESSE AGINDO COM FALTA DE BOM SENSO EM RELAÇÃO A ESTA SITUAÇÃO. AGRADECEU A PARTE. PEDIU APARTE VEREADOR ZANINHO. ESCLARECEU AO VEREADOR DUDU MARIOTTI QUE A PREFEITURA HAVIA MUDADO A LEI DE RENEGOCIAÇÃO PARA OS CONTRIBUINTES EM RELAÇÃO AO IPTU. DISSE QUE OS MUNÍCIPIES SERIAM CONVIDADOS PARA UMA RENEGOCIAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS SUA DÍVIDAS E O PRAZO DE PAGAMENTO. AGRADECEU APARTE. SEGUNDO VEREADOR DUDU MARIOTTI, ESTA LEI QUE O VEREADOR ZANINHO ESTA SE REFERINDO É A LEI DE MAIS VALIA QUE JÁ ESTA EM VIGOR HÁ MAIS TEMPO. FALOU QUE A LEI A QUAL ESTA SE REFERINDO SERIA UMA LEI CRIADA PELO MESMO, RELACIONADA À RENEGOCIAÇÃO



DE ACORDOS NÃO QUITADOS. DISSE QUE SERIA PARA AS PESSOAS QUE NÃO HAVIAM CONSEGUIDO PAGAR SEU PARCELAMENTO, DEVIDO À PANDEMIA DA COVID DEZENOVE. LAMENTOU QUE O PODER EXECUTIVO NÃO ESTIVESSE VENDO ESTA SITUAÇÃO COMO UMA PRIORIDADE PARA OS MUNICÍPIES QUE QUEREM CUMPRIR SEU COMPROMISSO COM O MUNICÍPIO. DISSE QUE SEU RELACIONAMENTO COM O PODER EXECUTIVO SERIA O MELHOR POSSÍVEL E QUE NESTE MOMENTO AGUARDAVA QUE O PREFEITO JUNINHO BERNARDES TIVESSE COMPAIXÃO DESTAS PESSOAS. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE SEU PROJETO DE LEI RELACIONADO À REGULAMENTAÇÃO DO DIA TRINTA DE NOVEMBRO COMO SENDO O DIA DO EVANGÉLICO. FALOU QUE, EM VÁRIAS CIDADES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ESTE DIA SERIA COMEMORADO EM DATAS DIFERENTES. ESCLARECEU QUE ESTE SERIA UM PROJETO DE LEI DO PREFEITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SENHOR EDUARDO PAES QUE O MESMO HAVIA COPIADO. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE O PROJETO DE LEI DE SUA AUTORIA, QUE ESTAVA NA PAUTA DO DIA, RELACIONADO À FLEXIBILIZAÇÃO DE GÊNEROS NAS PROVAS ESCOLARES DO MUNICÍPIO. FALOU SOBRE O PROJETO DE LEI RELACIONADO À PROIBIÇÃO DE VENDAS DE SACOLAS PLÁSTICAS BIODEGRADÁVEIS PELOS SUPERMERCADOS QUE ATENDEM NO MUNICÍPIO. ESCLARECEU QUE, SE AS SACOLAS SÃO BIODEGRADÁVEIS, NÃO PRECISARIA SER VENDIDAS, TENDO EM VISTA QUE SE DETERIORARIAM EM MENOS TEMPOS QUE AS SACOLAS COMUNS. FALOU QUE ALGUMAS PESSOAS TERIAM CONDIÇÕES DE PAGAR PELAS SACOLAS, MAS QUE EM SUA MAIORIA NÃO TERIAM AS MESMAS CONDIÇÕES. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE AS PALAVRAS DO VEREADOR LEINHO EM RELAÇÃO AO REAJUSTE SALARIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS. FALOU AO VEREADOR LEINHO QUE CONTASSE COM SEU APOIO EM RELAÇÃO À SUA SOLICITAÇÃO. AGRADECEU A TODOS. FEZ USO DA



TRIBUNA VEREADOR SÉRGIO SABIÁ. CUMPRIMENTOU A TODOS OS PRESENTES. SOLICITOU AO PREFEITO JUNINHO BERNARDES QUE ESTUDASSE A POSSIBILIDADE DE ANTECIPAR O TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO. DISSE QUE HAVIA TOMADO CONHECIMENTO DE QUE O TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO COMEÇARIA A CIRCULAR NO DIA SETE DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO. FALOU QUE MUITOS ALUNOS TERIAM SEUS CURSOS COM INÍCIO DAS AULAS NO DIA PRIMEIRO DE FEVEREIRO POR ISSO SUA SOLICITAÇÃO. AGRADECEU A TODOS. FEZ USO DA TRIBUNA VEREADOR ZANINHO. CUMPRIMENTOU A TODOS OS PRESENTES. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO EM DIAS DE CHUVA. FALOU QUE O PODER PÚBLICO ATENDIA OS BAIRROS QUE ESTAVAM EM PIORES CONDIÇÕES. SOLICITOU À POPULAÇÃO QUE TIVESSE UM POUCO DE PACIÊNCIA, TENDO EM VISTA QUE A SECRETARIA DE OBRAS ESTAVA ATENDENDO A TODOS, DENTRO DAS SUAS DEVIDAS NECESSIDADES. ESCLARECEU QUE, NO PERÍODO DE CHUVA, FICAVA DIFÍCIL ATENDER TODOS AO MESMO TEMPO. LAMENTOU QUE TODOS OS ANOS O MUNICÍPIO SOFRE COM AS CHUVAS. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO DA PANDEMIA NO PAÍS. LAMENTOU PELO FALECIMENTO DE MAIS DE SEISCENTOS MIL MORTOS NO BRASIL. FALOU QUE NO SEU ENTENDER O SOFRIMENTO MAIOR PARA UM CIDADÃO SERIA AS FILAS NOS BANCOS. LAMENTOU QUE IDOSOS ESTIVESSEM QUE FICAR MAIS DE DUAS HORAS NA FILA PARA RECEBER SEU PAGAMENTO. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE A AGÊNCIA DO BANCO ITAÚ QUE ATENDE NO MUNICÍPIO. SOLICITOU QUE FOSSE ENVIADO UM OFÍCIO À SEDE CENTRAL DO BANCO ITAÚ PARA QUE A DIRETORIA TOMASSE PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO NA AGÊNCIA QUE ATENDE AO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES. DISSE QUE O PODER LEGISLATIVO PRECISAVA TOMAR PROVIDÊNCIA PARA AJUDAR ESTES MUNÍCIPIES TENDO EM VISTA QUE, COM O FECHAMENTO DE UMA DAS AGÊNCIAS, A SITUAÇÃO TENHA



FICADO DESTA MANEIRA. LAMENTOU QUE OS FUNCIONÁRIOS ESTIVESSEM NA AGÊNCIA PARA VENDER OS PRODUTOS DA AGÊNCIA, PRINCIPALMENTE AOS IDOSOS QUE EM SUA MAIORIA NÃO TEM COMO SE DEFENDER. FALOU QUE A FALTA DE ESPAÇO FÍSICO TAMBÉM PREJUDICAVA OS CLIENTES. FALOU QUE NÃO TINHA CONDIÇÕES DE UM IDOSO FICAR EM UMA FILA DE BANCO MAIS DE TRÊS HORAS PARA SER ATENDIDO. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE O DIA EM QUE PRECISOU RESOLVER UMA SITUAÇÃO PARTICULAR E QUE HAVIA ESPERADO NA FILA MAIS DE DUAS HORAS PARA SER ATENDIDO. PEDIU APARTE VEREADOR DUDU MARIOTTI. FEZ DAS PALAVRAS DO VEREADOR ZANINHO ÀS SUAS EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO DO ATENDIMENTO DA AGÊNCIA DO BANCO ITAÚ NO MUNICÍPIO. DISSE QUE HAVIA PASSADO EM FRENTE À MESMA E TESTEMUNHADO O TAMANHO DA FILA ÀS SEIS HORAS DA MANHÃ PARA O ATENDIMENTO QUE COMEÇARIA ÀS OITO HORAS OU ÀS NOVE HORAS DA MANHÃ. DISSE QUE A SITUAÇÃO ESTAVA NESTE CAOS, DEVIDO A FALTA DE FISCALIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, VISTO QUE EXISTIA NO MUNICÍPIO UMA LEI APROVADA NA CÂMARA PARA SER CUMPRIDA. ESCLARECEU QUE O PODER PÚBLICO TINHA O PODER DE ENVIAR UM FISCAL AO LOCAL E DAR UMA ADVERTÊNCIA AO BANCO ITAÚ, DEVIDO AO TRATAMENTO DISPENSADO AOS CLIENTES. FALOU QUE, NA SEGUNDA ADVERTÊNCIA, A MULTA DEVERIA SER ESTIPULADA PARA QUE A SITUAÇÃO NÃO CHEGASSE ÀS CONDIÇÕES QUE CHEGOU. DISSE QUE, NO DIA EM QUE A PREFEITURA FECHAR UMA AGÊNCIA BANCÁRIA NO MUNICÍPIO POR MAUS TRATOS AOS CLIENTES, A SITUAÇÃO COM CERTEZA MELHORARIA PARA TODOS. FALOU QUE O VEREADOR ZANINHO ESTAVA CORRETO EM NOTIFICAR A AGÊNCIA SEDE DO BANCO ITAÚ NA CIDADE DE SÃO PAULO E ATÉ MESMO O BANCO CENTRAL EM BRASÍLIA. DISSE QUE, EM SUA OPINIÃO, NÃO DAVA PARA FAZER DE CONTA QUE NÃO ESTAVA ACONTECENDO NADA, VISTO QUE HAVIA NO MUNICÍPIO



OUTRA AGÊNCIA QUE, COM SEU FECHAMENTO, ALÉM DE PREJUDICAR OS CLIENTES, HAVIA DESEMPREGADO VÁRIAS PESSOAS. AGRADECEU APARTE. SEGUNDO VEREADOR ZANINHO, ESTA SITUAÇÃO DEVERIA SER RESOLVIDA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL. ESCLARECEU QUE, DEPENDENDO DA RESPOSTA DA SEDE DO BANCO ITAÚ, O MINISTÉRIO PÚBLICO DEVERIA SER ACIONADO PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS. FALOU QUE O PODER LEGISLATIVO TINHA O PODER DE TOMAR PROVIDÊNCIAS SEM DEPENDER DE NENHUM OUTRO ÓRGÃO. FALOU QUE SE A AGÊNCIA BANCÁRIA TIVESSE QUE INDENIZAR ESTAS PESSOAS PELO TEMPO DE ESPERA NA FILA, A SITUAÇÃO JÁ ESTARIA DIFERENTE. AGRADECEU A TODOS. NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS. O PRESIDENTE OFERECIU A TRIBUNA AOS VEREADORES COMO LÍDER DE SEU PARTIDO. FEZ USO DA TRIBUNA, COMO LÍDER DO SEU PARTIDO, VEREADOR ZANINHO. CUMPRIMENTOU A TODOS OS PRESENTES. PARABENIZOU O PODER EXECUTIVO PELO BOM FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. FALOU QUE QUALQUER SITUAÇÃO QUE HOUVESSE NECESSIDADE EM RELAÇÃO AOS SECRETÁRIOS, CONVIDARIA OS MESMOS PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS EM PLENÁRIO. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO DO REPASSE FEITO AO HOSPITAL LUIZ GONZAGA. DISSE QUE NO SEU CONHECIMENTO O CONTRATO ASSINADO ENTRE OS DOIS MUNICÍPIOS NÃO ESTAVA SENDO CORRESPONDIDO PELO HOSPITAL LUIZ GONZAGA. DISSE QUE NÃO HAVIA TOMADO CONHECIMENTO DE QUE O LEITO HOSPITALAR OFERECIDO PARA O MUNICÍPIO EM CONTRATO ESTIVESSE À DISPOSIÇÃO DOS MESMOS. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE UM MUNÍCIPE QUE HAVIA SE ACIDENTADO E FICADO AGUARDANDO MAIS DE TRÊS HORAS UMA VAGA PARA SER TRANSFERIDO. SOLICITOU AO SENHOR PAULO JOSÉ, DIRETOR DA SAÚDE, QUE ESCLARECESSE AOS MUNÍCIPE POR QUE O PLANEJAMENTO FAMILIAR NÃO ESTAVA FUNCIONANDO NO MUNICÍPIO E POR QUE O



HOSPITAL LUIZ GONZAGA NÃO ESTAVA RESPEITANDO O QUE ESTAVA ACERTADO EM CONTRATO. TECEU COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO DA EMPRESA DE ÔNIBUS LINAVE QUE ATENDE AO MUNICÍPIO. SOLICITOU À COMISSÃO DE VEREADORES, QUE HAVIA PARTICIPADO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELACIONADA AO ASSUNTO, QUE VOLTASSE A FALAR COM O PODER EXECUTIVO E COBRAR PROVIDÊNCIA URGENTE. LAMENTOU QUE A POPULAÇÃO ESTIVESSE PAGANDO A CONTA DOS QUE DEVERIAM RESOLVER A SITUAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL. AGRADECEU A TODOS. NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS COMO LÍDER DE PARTIDO. O PRESIDENTE PASSOU A ORDEM DO DIA. EM PRIMEIRO LUGAR EM PRIMEIRA DISCUSSÃO PROJETO DE LEI Nº 753/2021. APÓS A LEITURA DO PARECER, O PRESIDENTE COLOCOU O PARECER EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. COLOCOU O PROJETO DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. EM SEGUNDO LUGAR EM SEGUNDA DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 815/2021. COLOCOU O PROJETO DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. EM TERCEIRO LUGAR EM SEGUNDA DISCUSSÃO, PROJETO DE LEI Nº 825/2021. COLOCOU O PROJETO DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. CONFORME PEDIDO DO VEREADOR DUDU MARIOTTI PARA QUE FOSSE INCLUÍDO, NA ORDEM DO DIA EM REGIME DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA, O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 028/2022. O PRESIDENTE PASSOU A APRECIÇÃO DO MESMO. EM QUARTO E ÚLTIMO LUGAR EM DISCUSSÃO ÚNICA, PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 028/2022. COLOCOU O PROJETO DE RESOLUÇÃO EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. ENCERRADA A ORDEM DO DIA. O PRESIDENTE OFERECEU A TRIBUNA AOS SENHORES VEREADORES EM EXPLICAÇÕES PESSOAIS. NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS. NÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Câmara Municipal de Paty do Alferes

TENDO MAIS NADA A TRATAR, O PRESIDENTE AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS, E OS CONVIDOU PARA NOSSA PRÓXIMA SESSÃO ORDINÁRIA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2022, QUARTA-FEIRA.

PRESIDENTE: Renato Rosa de Carvalho

1º SECRETÁRIO: Roberto Simão

2º SECRETÁRIO: [Assinatura]